



MUNICÍPIO de ALCANENA

TELEF 249 889 010 - FAX: 249 891 357
2380-037 ALCANENA

Município de Alcanena

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

1 - INTRODUÇÃO	3
1.1 – Enquadramento legal.....	3
1.2 – GOP - Grandes Opções do Plano.....	5
1.5 - Investimentos	7
2 - ANÁLISE POLÍTICA ÀS CONTAS DE 2013	9
2.1 – Execução Orçamental da Receita	12
2.1.1 - Receitas.....	12
2.1.2 – Transferências Correntes e de Capital de 2013	15
2.1.3 - Fundos Comunitários.....	18
2.1.4 – Impostos Diretos	20
2.1.5 – Venda de Bens e Prestação de Serviços.....	21
2.1.6 – Venda de Bens de Investimento	22
2.1.7- Empréstimos.....	22
2.1.8 – Dívida de Curto Prazo.....	25
2.1.10 – Receita por Cobrar no Final do ano	27
2.2 – Execução Orçamental da Despesa.....	28
2.2.1 - Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica.....	28
2.2.2 – Distribuição da Despesa por Classificação Económica	29
2.2.3 - Despesas Correntes e de Capital.....	30
2.2.4 – Despesa com Pessoal	32
2.2.4.1 Recursos Humanos	33
2.2.4.2 Nível Sócio Profissional dos Recursos Humanos	35
2.2.4.3 Nível de Segurança no Emprego.....	35
2.2.4.4 Limites às Despesas com o Pessoal	36
2.2.5 – Despesa com Aquisição de Bens e Serviços.....	38
2.2.6 – Transferências.....	39
2.2.6.1 - Juntas de Freguesia	40
2.2.7 - Justificação dos Desvios.....	41
2.3 – Execução das Grandes Opções do Plano.....	44
2.3.1 - Plano Plurianual de Investimentos	47
2.3.1.1 - Funções Gerais.....	48
2.3.1.2 - Funções Sociais.....	49
2.3.1.3 - Funções Económicas	50
2.3.2 - Atividades Mais Relevantes	50
3 - ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	53
3.1 - Balanço.....	53
3.1.1 – Ativo	53
3.1.2 - Fundos Próprios, Passivo e Proveitos Diferidos.....	56
3.1.3 – Atividade Empresarial Local e Participações Locais.....	60
3.1.4 – Limite de Endividamento Líquido Municipal	61
3.1.5 – Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo.....	62
3.1.6 – PMP – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores.....	63
3.2 - Demonstração de Resultados.....	67

3.2.1 – Proveitos Diferidos	67
3.2.2 - Resultados Operacionais	69
3.2.3 - Resultados Financeiros	70
3.2.4 - Resultados Extraordinários	71
4 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS	73
4.1 – Rácios de Investimento.....	73
4.2 - Rácios de Gestão.....	73
4.3 - Rácios Económico/Financeiros	74
5 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	77
6 - ATIVIDADES NÃO REFLETIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	78
(ANEXO)	78

1 - INTRODUÇÃO

1.1 – Enquadramento legal

Compete à Câmara Municipal, em conformidade com a alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal.

É da competência da Presidente da Câmara, nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 35º, da citada lei, submeter os documentos de prestação de contas à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

De acordo com a alínea l) do nº 2 artigo 25º da mesma lei, compete à Assembleia Municipal **apreciar e votar os documentos de prestação de contas**.

No nº 2 do ponto 2 – Considerações Técnicas, do POCAL, consideram-se, como documentos de prestação de contas:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de Gestão.

É este último documento que a seguir se apresenta, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do POCAL, nomeadamente **a situação económica da Autarquia relativa ao exercício em análise, uma síntese da sua situação financeira, a evolução das dívidas a curto, médio e longo prazos nos últimos três anos, a proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício e os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**.

Esta informação destina-se, para além do cumprimento das formalidades legais, tais como a ação fiscalizadora da Assembleia Municipal e o julgamento do Tribunal de Contas, a permitir a apreciação da atividade municipal por parte dos munícipes, assim como da situação económica e financeira por parte de fornecedores, entidades bancárias e outros credores.

No cumprimento do estabelecido no artigo 48.º da LFL – Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei 2/2007, de 15 de janeiro, as contas anuais dos municípios que detenham capital em fundações ou em entidades do setor empresarial local devem ser verificadas por auditor externo;

De acordo ainda com o estabelecido no artigo 47.º da LFL, as contas dos municípios e que detenham participações no capital de entidades do setor empresarial local são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas;

Tendo em consideração que a EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena, E.M. era uma entidade do setor empresarial local, e que o Município detinha a maioria do capital social, foi sob proposta da Câmara Municipal, nomeada pela Assembleia Municipal de Alcanena na sua sessão ordinária realizada em 28-09-2012 a sociedade Revisores Oficiais de Contas “**Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda**”, para a certificação das contas do Município de Alcanena.

A Empresa de Melhoramentos de Alcanena, foi dissolvida no ano de 2013, com encerramento da liquidação e cancelamento da matrícula, conforme registo efetuado na respetiva conservatória do registo comercial de Alcanena em 27-09-2013, tendo todos os ativos e passivos sido assumidos pelo Município de Alcanena e integrados nos seus documentos financeiros em setembro de 2013.

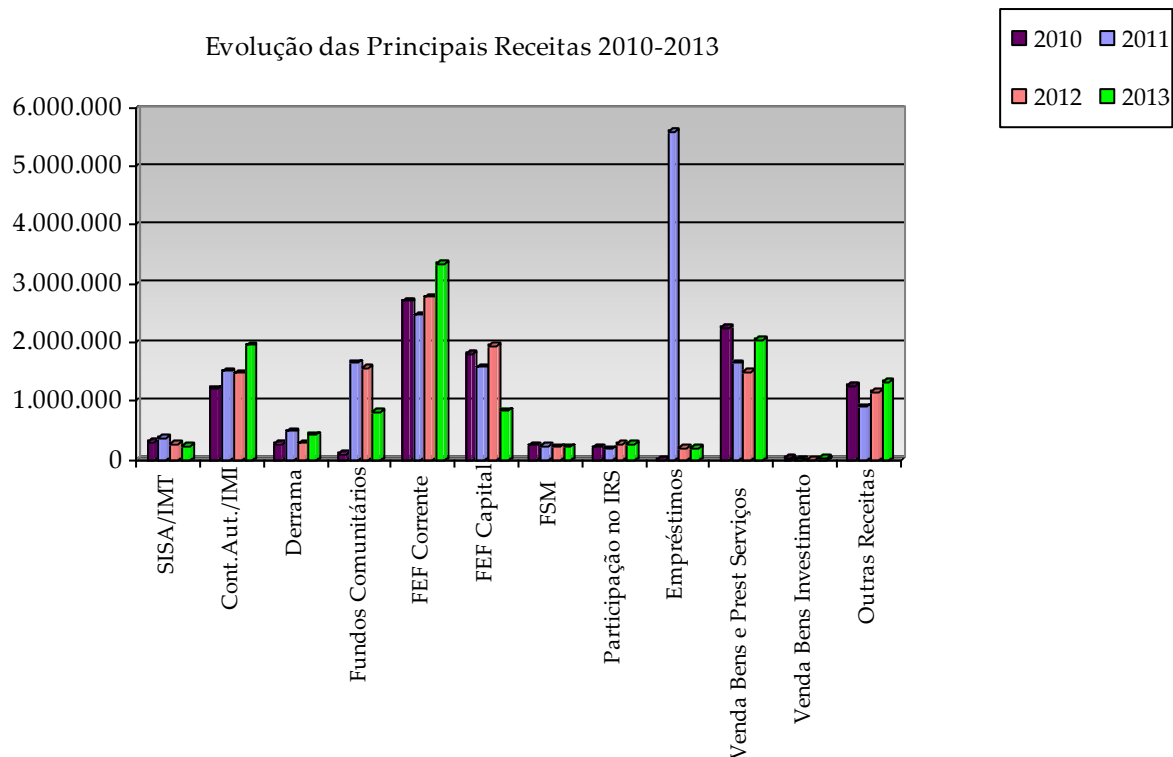
Faz parte integrante das contas do Município de Alcanena o Certificado legal emitido por aquela sociedade.

1.2 – GOP - Grandes Opções do Plano

É o documento onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, que inclui dois documentos, o primeiro onde estão inseridas as Despesas de Capital, exclusivamente os investimentos feitos pelo Município, que se designa por “PPI - Plano Plurianual de Investimentos”, e o outro que tem as Despesas Correntes mais relevantes e ainda algumas Despesas de Capital, que resultam de investimentos feitos, por exemplo pelas Freguesias, por transferência de competências e respetivas verbas, bem como, as despesas a suportar com as operações da dívida autárquica, o qual se designa por “AMR - Atividades Mais Relevantes”.

É sobre estes documentos que irá ser feita a análise entre o que foi realizado e o que foi programado.

No gráfico que se segue, são apresentados os valores de maior significado recebidos no ano de 2013, tendo também elementos comparativos dos últimos três exercícios económicos.



As receitas por Transferência do Orçamento de Estado para o Município em 2013 (FEF + FSM + Participação no IRS), foram de € 4.665.104 relativos às transferências inscritas no OE para 2013.

Comparativamente com o valor recebido em 2012, em termos globais o valor foi igual, no entanto ocorreu um maior recebimento de FEF corrente por contrapartida de um menor recebimento de FEF capital.

As receitas do Município (cobradas líquidas), encontram-se assim distribuídas, conforme também ilustrado no gráfico anterior:

2013

SISA/IMT – € 236.270,15

Contribuição Autárquica/IMI: € 1.952.136,34

Derrama – € 424.402,65

Fundos Comunitários – € 820.117,46

FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro (corrente) - € 3.346.946,00

FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro (capital) - € 836.736,00

FSM - Fundo Social Municipal - € 221.507,00

Participação no IRS – € 259.915,00

Empréstimos – € 190.000,00

Venda de Bens e Prestação de Serviços - € 2.034.487,74

Venda de Bens de Investimento - € 27.675,00

Outras Receitas – € 1.330.280,27

Na rubrica outras receitas estão incluídas as receitas provenientes do IUC, de impostos indiretos, taxas, bem como outras transferências recebidas.

O valor de Empréstimos utilizados no ano de 2013, foi relativo à utilização do empréstimo de curto prazo que foi contratado para fazer face a dificuldades de tesouraria.

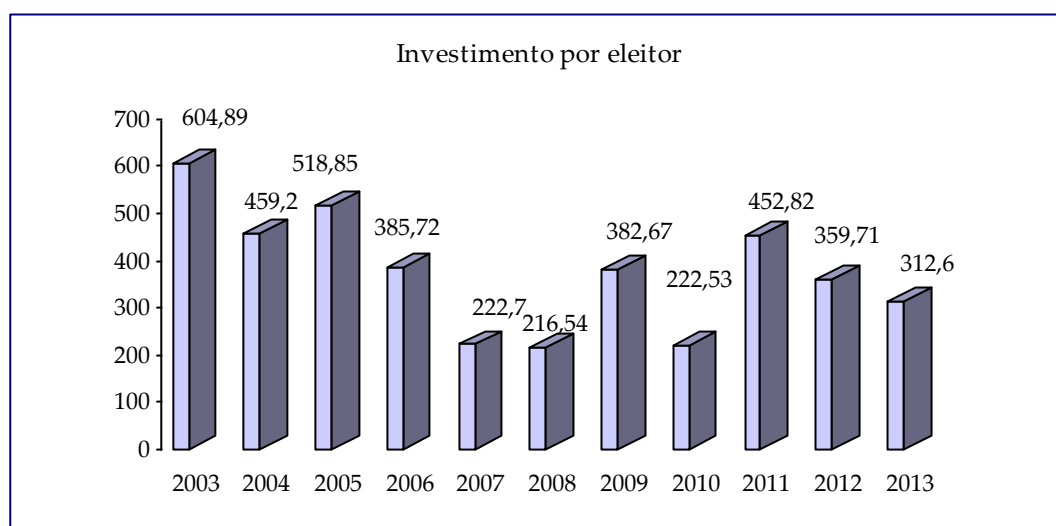
Na rubrica dos Fundos Comunitários, os valores recebidos dizem respeito aos seguintes projetos: Cultrede, RAMPA, Estabilização de Emergência após Incêndios, Plano Municipal para a Igualdade do Género, Fruta Escolar e Participação de Transportes Escolares, todos relativos a transferências correntes.

Quanto a transferências de capital de projetos comparticipados recebeu-se verbas para a Requalificação da Antiga Nacional en-360 - Troço Minde - Vale Alto, para a Ampliação do Quartel dos Bombeiros, para a Requalificação da Casa da Cultura, para comparticipação do projeto Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos e para comparticipação de equipamento informático no âmbito do projeto Médio Tejo – Gestão em SIG.

1.5 - Investimentos

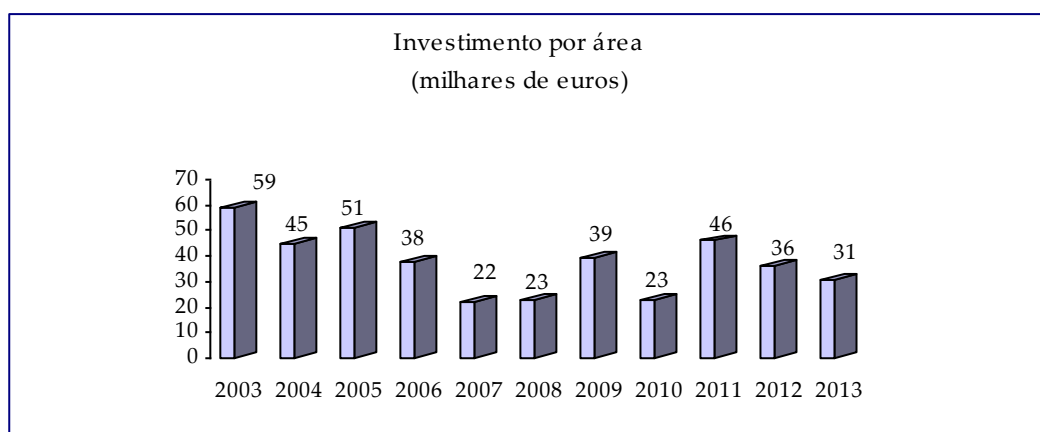
Os valores médios de investimento, nomeadamente nos €/eleitor e €/área, são traduzidos nos gráficos seguintes:

N.º Eleitores (2013)*: 12.802



* Fonte: Mapa 1/2014 da Direção-Geral de Administração Interna, publicado no DR II série, n.º 43, de 03 de março.

Área do Município: 127,1 Km²



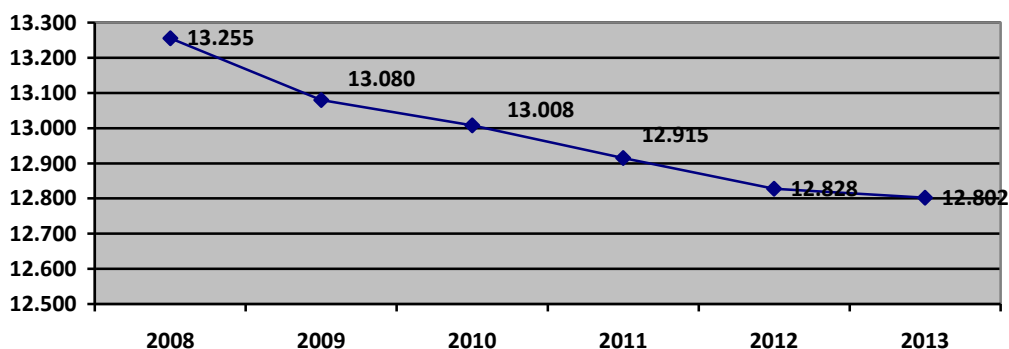
No ano de 2013 o valor do investimento, considerando o valor total pago em despesas de capital, foi de € 4.001.873,42, foi inferior ao ano anterior, o que originou diminuição do investimento pago por Km².

Relativamente ao investimento por eleitor também se verificou diminuição.

Importa ainda assim referir que nos últimos 7 anos este valor apenas foi superado nos anos de 2009 e de 2011, anos em que se efetuaram pagamentos por utilização de empréstimos, em 2009 influenciado pelos pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de empréstimo celebrados no âmbito do PREDE e em 2011 influenciado pelos pagamentos efetuados pela contratação dos empréstimos de saneamento financeiro.

No que respeita ao número total de eleitores continuamos a verificar diminuição, à semelhança do ano anterior, sendo que de 2012 para 2013 diminuímos em 26 o n.º de eleitores.

O quadro seguinte ilustra a evolução verificada nos últimos anos, em que em 5 anos o Município de Alcanena perdeu 453 eleitores, ou seja cerca de 3,5% se considerarmos o n.º de eleitores existentes em 2013.



2 - ANÁLISE POLÍTICA ÀS CONTAS DE 2013

A apreciação da prestação de contas referente ao ano 2013, comprova o enorme esforço levado a cabo pelo executivo, no cumprimento dos objetivos traçados e da orientação definida, no cumprimento do programa apresentado aquando nos propusemos candidatar à Câmara Municipal de Alcanena para o mandato 2009-2013.

Apesar de muitos constrangimentos conhecidos de todos, quer pelo desequilíbrio financeiro com que nos deparámos em 2009, quer através das várias imposições legais a que temos sido sujeitos, como pelas situações que temos vindo a enfrentar, causadoras de enorme perturbação para a tranquilidade da população, destacando a luta por serviços e equipamentos considerados importantes para o nosso concelho, como a defesa de extensões de saúde, do tribunal, dos correios, das finanças,... de investimentos vários ao nível ambiental como a requalificação da rede de coletores e da ETAR e o quartel da GNR..., podemos-nos regozijar pela forma como temos conduzido os destinos do Município de Alcanena, no caminho do desenvolvimento e do crescimento sustentável e na defesa dos interesses dos cidadãos.

A necessidade constante de regularizar situações pendentes e que, nalguns casos, se encontravam por resolver à décadas, impõe-nos o exercício redobrado na gestão dos recursos financeiros que vão sendo cada vez menores, devido à situação económica e financeira que o país atravessa, com reflexos sentidos por todos ao nível local.

Pela análise cuidada dos documentos que integram o presente Relatório de Gestão, podemos enumerar alguns dos principais aspetos que comprovam o anteriormente referido e que, mais uma vez, justificam a relevância de uma gestão séria e responsável dos dinheiros públicos, a saber:

- Reduzimos o valor do Endividamento Líquido Municipal, no valor de € 280.977,76, passando de € 8.567.505,87 verificados em 2012 para os € 8.286.528,11;
- Reduzimos a dívida a terceiros de médio e longo prazo em € 1.601.841,77;
- Reduzimos a dívida a terceiros de curto prazo em € 84.158,77, mesmo tendo em consideração que com o processo de dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena foi assumido pelo Município de Alcanena o passivo a curto prazo no valor de € 419.368,98;

- Reduzimos o Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, para 38 dias, alcançando o prazo pretendido, inferior a 40 dias;
- Reduzimos o número de efetivos em 6,59%, acompanhada da consequente redução de custos e despesas associadas;
- Obtivemos uma execução orçamental da receita de 86,83%, tendo verificado 96,75% na receita corrente e 56,42% na receita de capital.
- Obtivemos uma execução orçamental da despesa de 85,87 % tendo verificado 86,62% na despesa corrente e 84,52% na despesa de capital.

Tendo por base o trabalho desenvolvido, temo-nos empenhado na maximização da receita e na minimização da despesa, garantindo o cumprimento da maioria das medidas proposta no Plano de Saneamento Financeiro em curso, conforme pode também ser comprovado em documento anexo.

Ao nível da conclusão de projetos importantes para o concelho, durante o ano 2013, podemos salientar:

- Requalificação da estrada Minde- Vale Alto;
- Requalificação e ampliação do Quartel dos Bombeiros;
- Requalificação da «Casa da Cultura» e (re)organização dos serviços municipais de cultura, desporto, educação e juventude;
- Requalificação do CCVA – Centro de Ciência Viva do Alviela, em parceria com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica;
- Elaboração do Projeto do Quartel da GNR

De referir ainda a concretização de muitas e variadas ações, quer as promovidas pela autarquia, como as realizadas em parceria com entidades diversas ao nível das várias áreas de intervenção municipal:

- Ambiente
- Associativismo Local
- Cultura
- Desenvolvimento Humano e Social
- Desporto e Tempos Livres

- Educação e Qualificação
- Proteção Civil

Participámos ativamente na elaboração do plano estratégico regional e estamos preparados para a entrada no novo quadro comunitário de apoios, que certamente nos permitirá dar continuidade à concretização de muitos projetos já devidamente sinalizados e do conhecimento geral, como sendo a requalificação do parque escolar, a requalificação de algumas das estradas que servem de ligação às diversas Freguesias e Uniões de Freguesia, a requalificação do Edifício do Mercado Coberto e até ainda no âmbito do atual QREN, a resolução dos problemas ambientais do concelho de Alcanena, através da concretização do Projeto de Reabilitação do Sistema de Alcanena, após muitos anos de espera.

Apesar de todas as dificuldades e constrangimentos de vária natureza quer de dimensão local, como nacional, o ano 2013, vem reforçar os resultados do caminho trilhado, para uma maior estabilidade, sustentabilidade e credibilidade do Município de Alcanena.

2.1 – Execução Orçamental da Receita

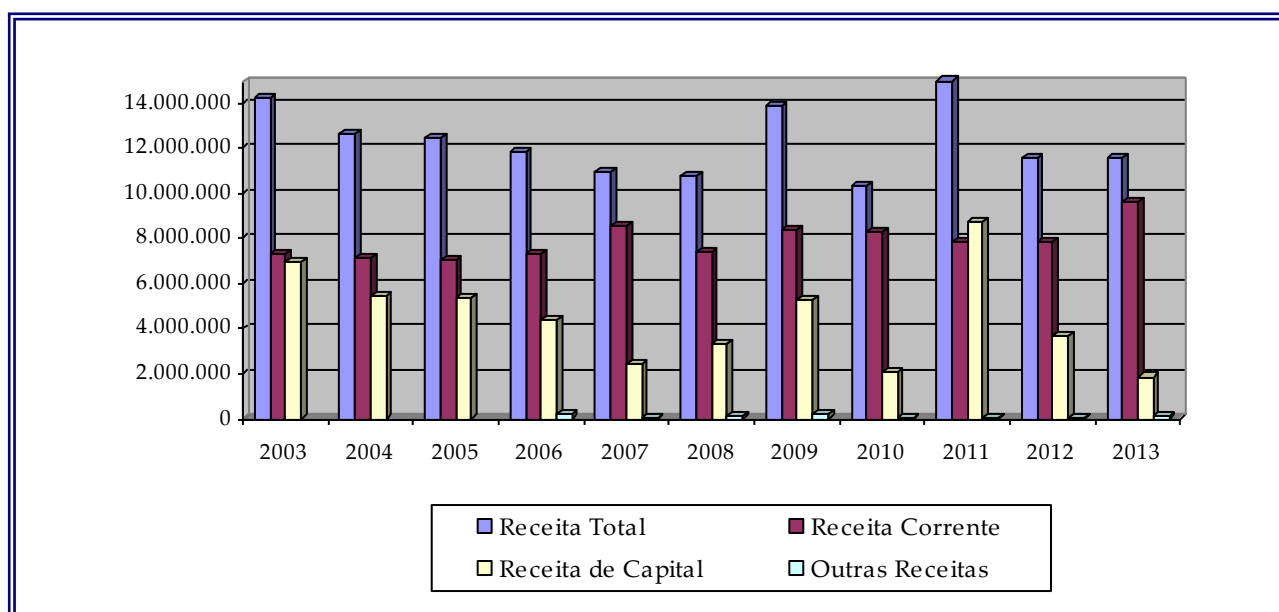
2.1.1 - Receitas

As receitas cobradas líquidas em 2013 foram de € 11.623.012,27, sendo Receita Corrente o valor de € 9.623.185,64, Receita de Capital € 1.864.350,47, e outras receitas no valor de € 135.476,16, que representam, relativamente ao ano anterior, um acréscimo de cerca de 8.560 euros de receita líquida cobrada relativamente ao ano de 2012.

A tendência nos anos anteriores era decrescente, exceto em 2009 (influenciado pelos empréstimos contratados ao abrigo do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, no valor total de € 2.935.013,00) e em 2011 (influenciado pelos empréstimos de Saneamento Financeiro)

No presente ano continuamos a verificar o inverter dessa tendência decrescente, já que o valor total cobrado líquido em 2013 é superior aos anos que o antecedem, exceto claro 2009 e 2011.

Importa referir que se verificou aumento da receita corrente cobrada líquida de 2012 para 2013, na ordem dos € 1.745.757,79.

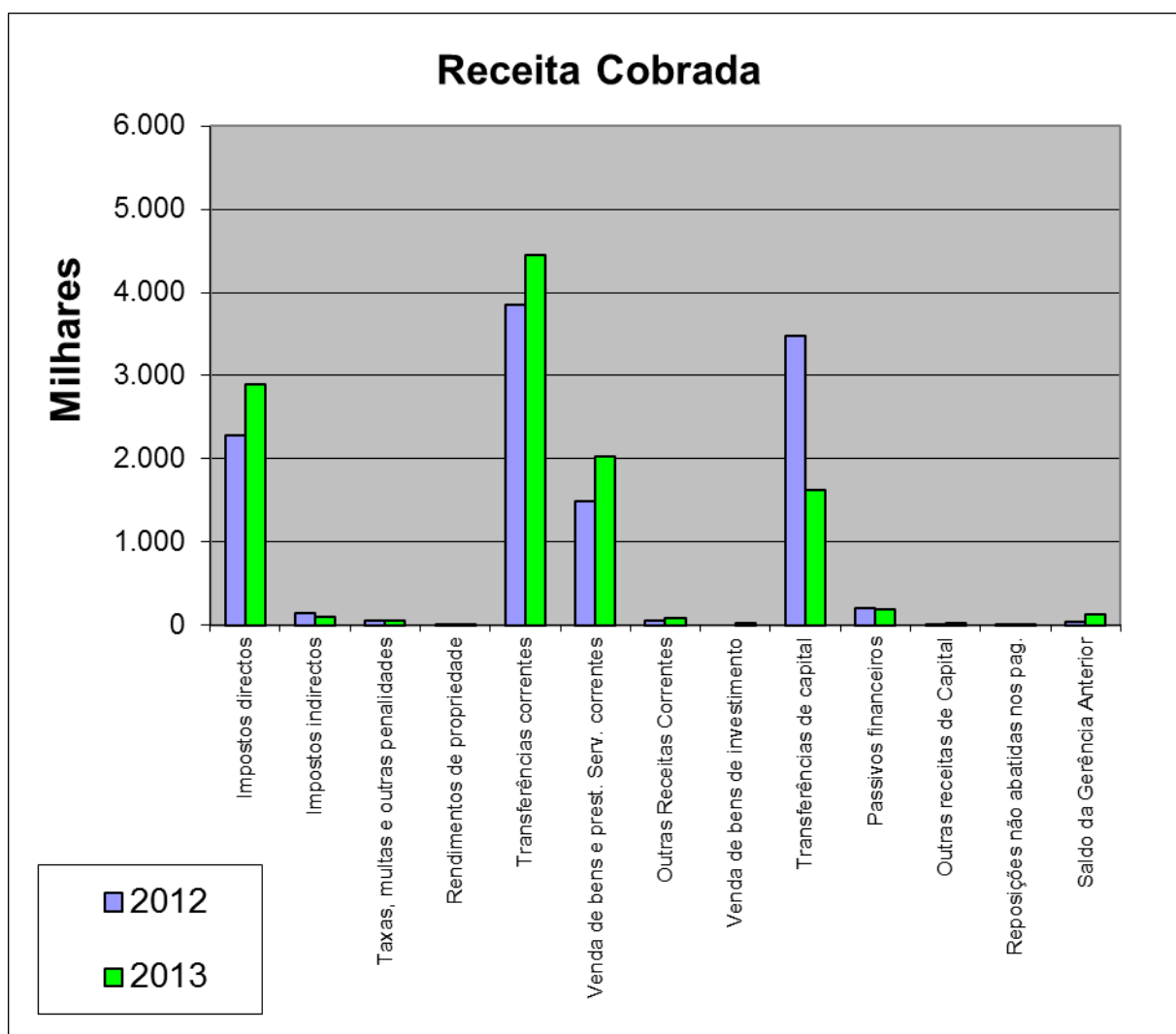


É no entanto importante referir que a Receita Cobrada é inferior à Receita Prevista no início do ano, e, aquando da elaboração dos documentos previsionais, ou porque não se concretizaram algumas vendas ou prestações de serviços, ou porque obras que estavam previstas não se iniciaram nos prazos previstos.

Verificou-se, por estes motivos, uma redução significativa no valor total da receita inicialmente prevista.

No quadro e gráfico seguintes, podem ser observadas as rubricas em que se verificaram as reduções de receitas mais significativas e onde os desvios entre a previsão corrigida e o cobrado foram mais significativos:

Clas.	Designação	Receitas Cobradas Líquidas 2012	Previsões Corrigidas 2013	Receitas Cobradas Líquidas 2013	Desvio 2013 (Cobrado - Previsto)	% cobrada s/ total 2013	Grau Execução da Receita 2013
01	Impostos directos	2.278.570,07	2.722.731,00	2.897.572,64	174.841,64	24,9	106,4
02	Impostos indirectos	139.470,66	131.858,00	96.113,64	-35.744,36	0,8	72,9
04	Taxas, multas e outras penalidades	58.423,78	81.713,00	57.734,37	-23.978,63	0,5	70,7
05	Rendimentos de propriedade	584,76	803,00	313,97	-489,03	0,0	39,1
06	Transferências correntes	3.854.510,50	4.532.293,00	4.448.213,17	-84.079,83	38,3	98,1
07	Venda de bens e prest. Serv. correntes	1.493.850,05	2.433.646,00	2.034.374,59	-399.271,41	17,5	83,6
08	Outras Receitas Correntes	52.017,92	43.723,00	88.863,26	45.140,26	0,8	203,2
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	7.877.427,74	9.946.767,00	9.623.185,64	-323.581,36	82,8	96,7
09	Venda de bens de investimento	0,00	942.574,00	27.675,00	-914.899,00	0,2	2,9
10	Transferências de capital	3.476.741,34	1.862.550,00	1.618.281,42	-244.268,58	13,9	86,9
12	Passivos financeiros	201.000,00	300.000,00	190.000,00	-110.000,00	1,6	63,3
13	Outras receitas de Capital	1201,87	199.184,00	28394,05	-170.789,95	0,2	14,3
	TOTAL RECEITAS CAPITAL	3.678.943,21	3.304.308,00	1.864.350,47	-1.439.957,53	16,0	56,4
15	Reposições não abatidas nos pag.	12.020,75	4.170,00	3.997,55	-172,45	0,0	95,9
16	Saldo da Gerência Anterior	46.059,77	131.478,61	131.478,61	0,00	1,1	100,0
	Outras Receitas	58.080,52	135.648,61	135.476,16	-172,45	1,2	99,9
	TOTAL	11.614.451,47	13.386.723,61	11.623.012,27	-1.763.711,34	100,0	86,8

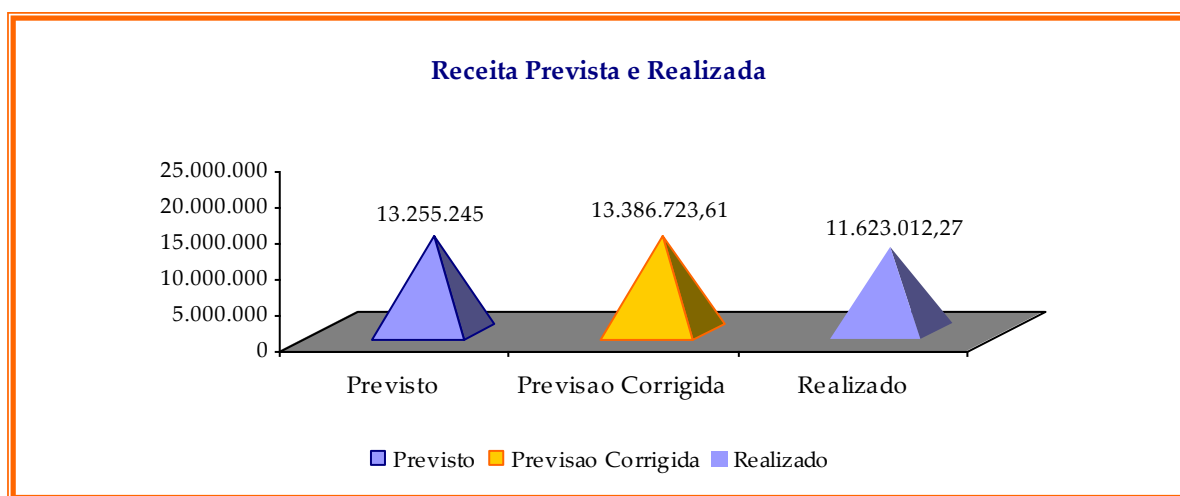


Os maiores desvios ocorridos entre a Receita Orçada e a Receita Cobrada, verificaram-se na Venda de Bens e Prestação Serviços Correntes e nas transferências correntes, no que respeita às Receitas Correntes, e nas Transferências de Capital e Venda de Bens de Investimento, no que respeita às Receitas de Capital.

A Receita Cobrada na rubrica de Impostos Diretos e Outras Receitas Correntes foi superior à inicialmente prevista, no que às receitas correntes diz respeito, sendo em todas as outras rubricas o valor cobrado inferior ao valor previsto.

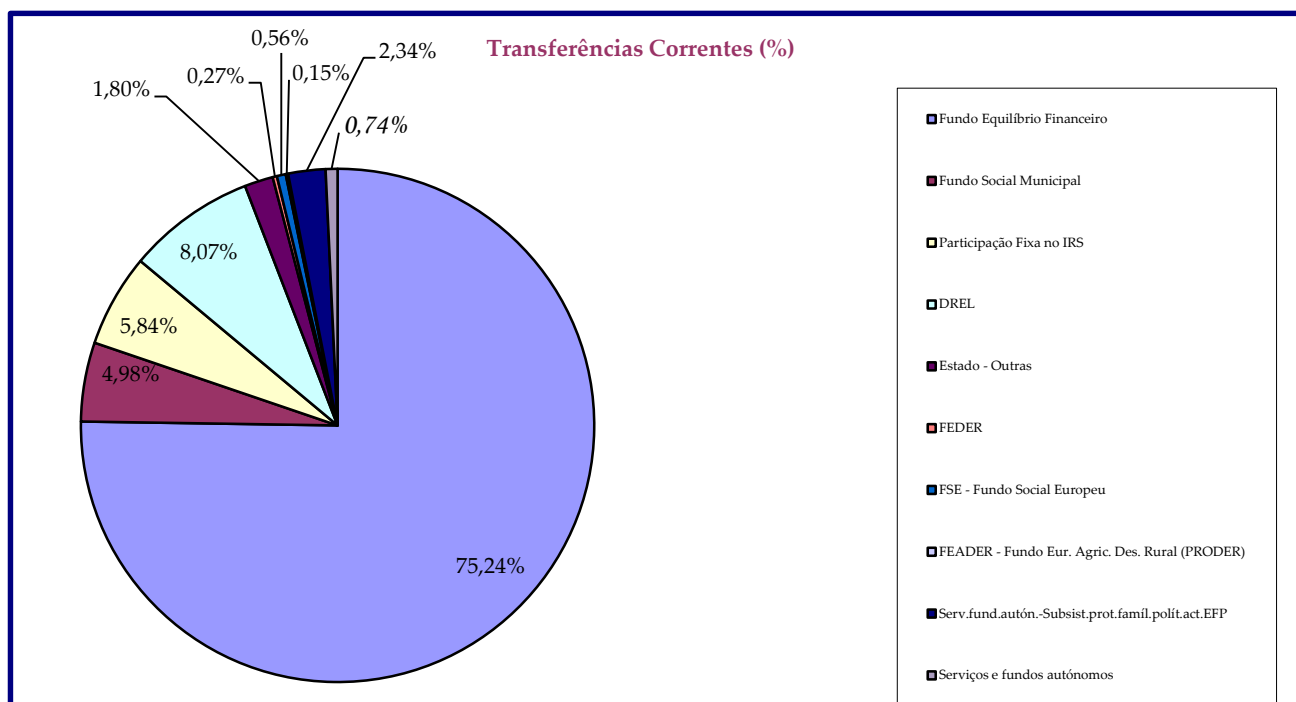
Nas Receitas Correntes, os capítulos com maior relevo no orçamento do Município de Alcanena continuam a ser as Transferências Correntes, que representam 38,3% do total da Receita, os Impostos Diretos representando 24,9 % e a Venda de Bens e a Prestação de Serviços que representam 17,5%.

Nas Receitas de Capital, as Transferências representaram 13,9% do total do orçamento.



O gráfico anterior ilustra a oscilação entre a receita inicialmente prevista e a receita cobrada líquida no final do ano, representando a previsão corrigida, a situação que resultou de revisões orçamentais por utilização do saldo da gerência anterior.

2.1.2 – Transferências Correntes e de Capital de 2013



As Transferências Correntes obtidas em 2013, e à semelhança de anos anteriores, tiveram origem principalmente nas transferências do Orçamento de Estado. A principal fonte de Receita é a relativa ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro que representa 75,24% das Transferências Correntes. As restantes transferências provenientes do Estado representam cerca de 23,5%, sendo que destas, 2,78% são provenientes de participação comunitária em projetos co-financiados.

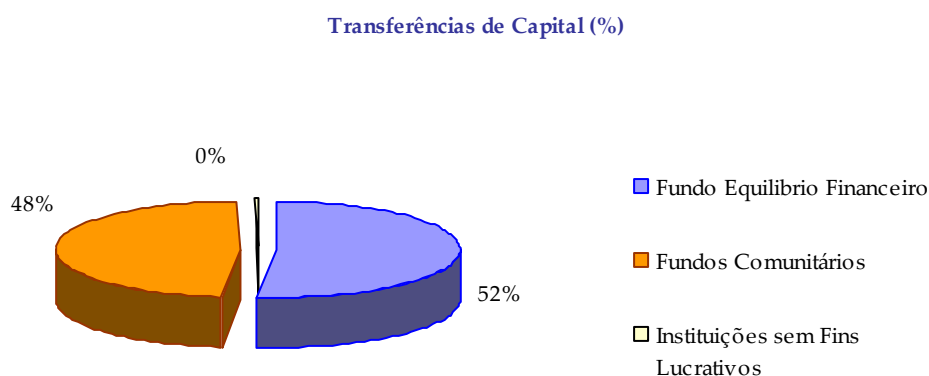
Os valores recebidos de comparticipação comunitária em projetos co-financiados, foram os seguintes:

- Projeto CultRede: € 12.001,69;
- Projeto Rampa: € 3.439,97;
- Estabilização de Emergência após Incêndios: € 1.591,94;
- Projeto Plano Municipal para a igualdade do Género: € 6.733,37;
- Comparticipação de Transportes Escolares: € 14.624,75.

No ano de 2013 foram recebidos € 358.861,58 relativos a transferências vindas da DREL, ficando no entanto por receber no final de 2013 o valor de € 84.978,70.

Na rubrica das transferências relativas a subsistemas de proteção às famílias foram recebidos € 20.427,17 para financiamento da equipa da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e € 83.863,61 para financiamento dos programas ocupacionais.

Ao nível das transferências correntes, verificou-se ainda o recebimento € 49.000,00 para financiamento da equipa de sapadores florestais, € 6.816,16 relativos ao projeto de fruta escolar e cerca de € 44.944,49 relativo a comparticipação de despesas relativas a fogos florestais.



As transferências de capital arrecadadas no ano de 2013 foram distribuídas, à semelhança do no anterior, principalmente entre o Fundo de Equilíbrio Financeiro transferido pelo Estado (52%) e as transferências para comparticipação de projetos co-financiados (48%).

Relativamente ao valor de Transferências Provenientes de Fundos Comunitários recebidas em 2013, estas foram para comparticipação dos seguintes projetos:

- Requalificação da Antiga Nacional en-360 - Troço Minde - Vale Alto: € 502.423,02;
- Ampliação do Quartel dos Bombeiros: € 191.912,89;
- Requalificação da Casa da Cultura: € 15.323,50;
- Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos: € 57.712,79;
- Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG: € 9.173,22;

Importa aqui mencionar que no final de 2013, não foram recebidos os seguintes valores, cujos pedidos de pagamento foram submetidos:

- Beneficiação da Antiga Nacional 365-4 - Troço Alcanena - Malhou –Moita: € 69.324,69;

Relativamente ao projeto “Requalificação do Jardim Municipal de Alcanena” o valor de € 25.182,77 que havia ficado por receber no final de 2012, não foi recebido, dada a elegibilidade de parte da despesa submetida para financiamento.

Foram ainda recebidos em 2013 € 5.000,00 da ADIRN por comparticipação do projeto do Parque de Campismo, cujo investimento foi realizado em anos anteriores.

Participação do Município nos Impostos do Estado

As receitas provenientes do Orçamento do Estado no ano de 2013 relativas à Participação do Município nos Impostos do Estado, foram de € 4.665.104,00, sendo que € 3.828.368,00 são transferências correntes e € 836.736,00 são transferências de capital.

Relativamente ao valor recebido no ano anterior € 5.183.980,00, verificou-se um decréscimo de € 518.876,00, uma vez que no ano de 2012 foi recebido esse valor diferencial

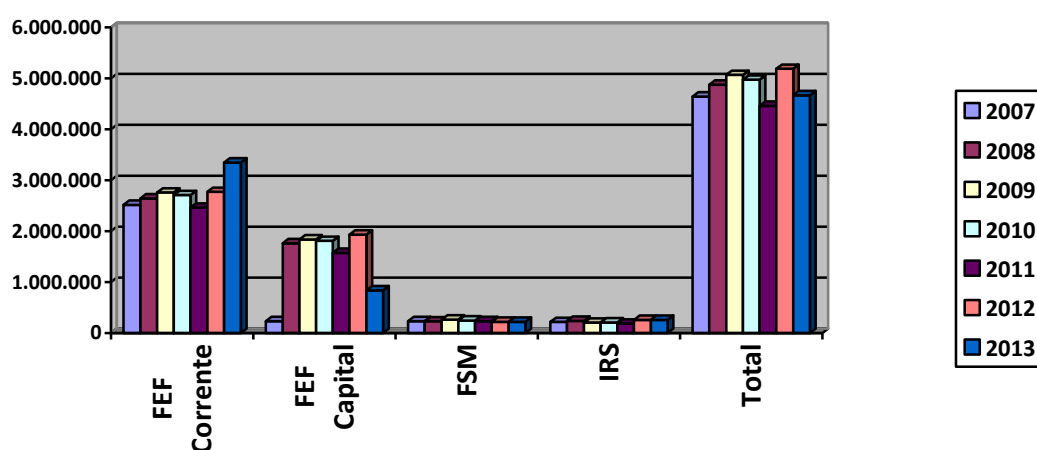
relativo a valores retidos em transferências de anos anteriores (2010 e 2011) por incumprimentos do limites de endividamento líquido e devolvidos este ano para pagamento a fornecedores cujas dívidas se encontravam vencidas à mais de 90 dias.

Ainda assim, se não tivermos em conta o valor efetivamente recebido em cada ano, e efetuarmos a análise aos valores inscritos no Orçamento do Estado dos anos de 2012 e 2013, o valor manteve-se.

Em ambos os anos o Município aplicou a taxa máxima ao IRS de 0,5%.

O gráfico seguinte ilustra a evolução da Receita Recebida relativa à Participação do Município nos Imposto do Estado.

Evolução da Receita proveniente da Participação nos Impostos do Estado



De referir que se verifica o aumento do FEF corrente e a diminuição do FEF capital derivado das alterações introduzidas pela Orçamento do Estado, em que dos 4,183 M€ transferidos no ano de 2012, na proporção 60% em FEF corrente e 40% em FEF capital, passaram a ser transferidos na proporção 80% em FEF corrente e 20 % em FEF capital, logo com uma oscilação mensal de mais 69,7 mil euros nas transferências correntes e com reflexos contrários nas transferências de capital.

2.1.3 - Fundos Comunitários

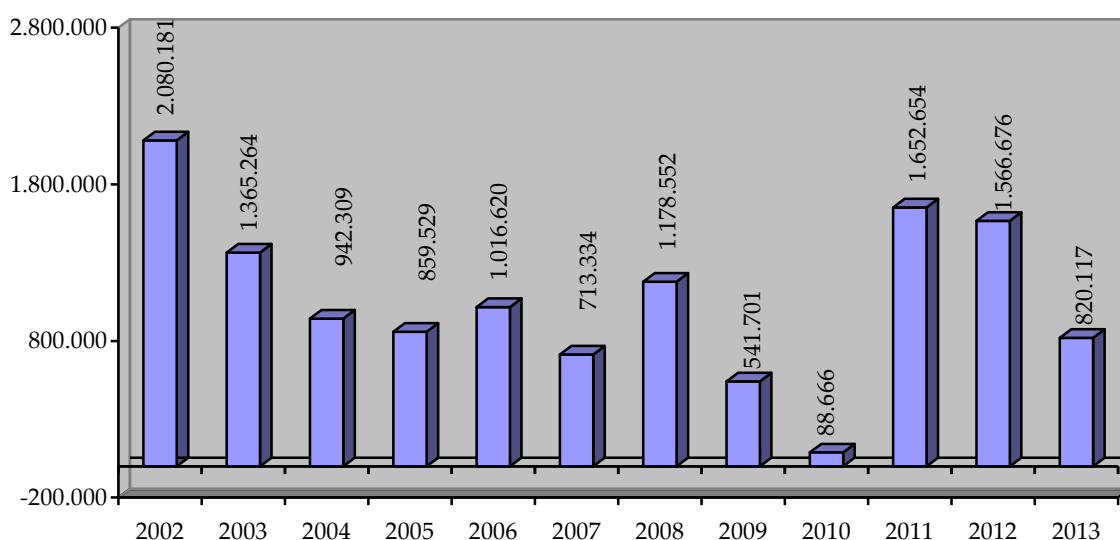
Os valores recebidos relativos a comparticipações comunitárias durante o ano de 2013, foram no valor total de € 820.117,46, sendo € 538.921,43 provenientes do FEDER,

€ 191.912,89 do Fundo de Coesão, € 64.485,05 do FEADER e, € 24.798,09 do POPH.

O valor total recebido de comparticipações é referente a transferências correntes no valor de € 43.572,04 e transferências de capital no valor de € 776.545,42.

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução desde 2002, do valor de comparticipações recebidas em projetos co-financiados por Fundos Comunitários, o que demonstra o decréscimo de fundos provenientes do QCA III e até o seu termo.

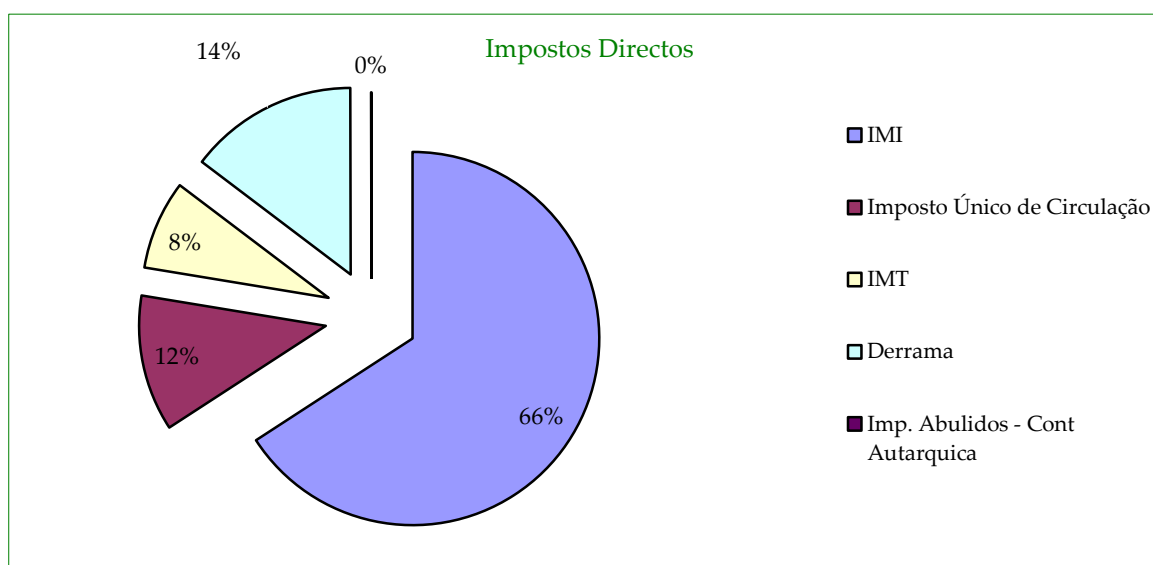
Estamos desde 2007, no período do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, em plena execução de obras comparticipadas.



Os valores mais expressivos recebidos no ano de 2013 foram os correspondentes à comparticipação dos seguintes projetos, conforme acima mencionado:

- Requalificação da Antiga Nacional en-360 - Troço Minde - Vale Alto: € 502.423,02;
- Ampliação do Quartel dos Bombeiros: € 191.912,89;
- Requalificação da Casa da Cultura: € 15.323,50;
- Percorrer e Conhecer Alcanena – Rede de Percursos: € 57.712,79;

2.1.4 – Impostos Diretos



Cerca de 66% da receita cobrada líquida da rubrica Impostos Diretos provém do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, sendo os restantes 34% repartidos da seguinte forma: Derrama – 14%; Imposto Único de Circulação – 12%; IMT – Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – 8%;

Os Impostos Abolidos (Antiga Contribuição Autárquica) não chegam a representar 1% da receita relativa aos impostos diretos, uma vez que foi apenas entregue o valor de € 1.023,47.

Em 2013 recebeu-se mais € 619.002,57 de impostos diretos, comparativamente com o ano de 2012.

Todas as receitas provenientes de impostos diretos registaram um aumento relativamente a 2012, à exceção do IMT – Imposto sobre transmissões onerosas de imóveis, conforme se evidencia:

IMI – Imposto Municipal Imóveis: aumentou em € 436.336,03;

IUC - Imposto Único de Circulação: aumentou em € 84.397,08;

IMT – Imposto sobre transmissões onerosas de imóveis: diminuiu em € 46.443,19.

Derrama: aumentou em € 144.015,09.

2.1.5 – Venda de Bens e Prestação de Serviços

Na rubrica relativa à Venda de Bens e Prestação de Serviços, o valor total recebido foi de € 2.034.374,59, verificando-se um acréscimo de € 540.524,54, relativamente ao ano de 2012.

A rubrica relativa à prestação de serviços obteve um acréscimo global de € 338.944,00, enquanto que na rubrica relativa às rendas obteve um acréscimo de € 206.290,96.

Refira-se que no final de 2013 não foram cobrados os seguintes valores mais expressivos:

€ 95.555,16 relativos a Transportes Efetuados pelos Bombeiros Municipais;

€ 88.595,24 relativos a Trabalhos efetuados por conta de particulares (principalmente ramais efetuados a particulares)

De salientar que em 2013 o valor recebido relativo à renda da concessão da rede de águas contempla valores relativos ao ano anterior na ordem dos € € 20.220,27 e o valor relativo à renda de concessão da rede elétrica contempla o valor de € 117.989,48 relativos ao 4.º trimestre de 2012.

Há a destacar as principais rubricas relativas às receitas cobradas com a venda de bens e prestação de serviços:

Tarifa de Saneamento: € 172.264,45 (sendo € 95.924,18 relativos ao ano de 2012);

Tarifa de RSU: € 384.848,39 (sendo € 55.274,53 relativos ao ano de 2012);

Transportes efetuados pelos Bombeiros/ambulâncias: € 171.454,99;

Fornecimento de Refeições EB1 e JI: € 84.306,79;

Reembolso de Despesas com Pessoal (efetuado pela Luságua): € 62.643,65;

Renda da concessão da rede elétrica – € 595.912,22 (sendo € 117.989,48 relativos ao 4.º trimestre de 2012);

Renda da concessão da rede de água – € 245.078,22 (sendo € 20.220,27 relativos ao ano de 2012);

Renda exploração parque eólico – € 120.068,66.

O valor cobrado relativo ao ano anterior, nesta rubricas mais expressiva representa o valor de € 289.408,46, representado 54% do aumento de receita cobrada na rubrica de venda de bens e prestação de serviços.

No ano de 2013 há também a destacar o acréscimo de receita cobrada nas seguintes Rúbricas:

- Aluguer de Espaços e equipamentos: em que no ano de 2013 foram cobrados € 14.370,50, no lugar dos € 4.636,36 cobrados em 2012.

- Transportes efetuados por Bombeiros/Ambulâncias: em que no ano de 2013 foram cobrados € 171.454,99, no lugar dos € 44.986,66 cobrados em 2012;

Mercado Municipal de Alcanena: em que no ano de 2013 foram cobrados € 31.062,78, no lugar dos € 12.594,73 cobrados no ano de 2012;

Rendas de Habitações e Edifícios: também com aumento de valor cobrado relativamente ao ano de 2012.

2.1.6 – Venda de Bens de Investimento

No ano de 2013 ocorreu a venda de uma viatura de combate a incêndios, que ficou inoperacional na sequência de acidente de viação com a mesma. Com a venda da viatura o Município arrecadou o valor de € 27.675,00.

2.1.7- Empréstimos

Importa aqui referir que a contratação de empréstimos de Médio e Longo Prazos se encontra limitada pela Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, nomeadamente no seu artigo 39.º.

Por sua vez a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do estado para 2013, veio definir através dos n.º 3 e n.º 8, do artigo 98º, que a contratação de empréstimos de médio longo prazo pelos Municípios é limitada ao valor resultante de rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos Municípios no ano de 2011, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada Município.

Nesse sentido, tendo em consideração que o Município de Alcanena se encontrava em excesso de empréstimos de Médio Longo Prazo, e de acordo com a comunicação efetuada pela DGAL, através do seu site, em 2013 o valor resultante do rateio para o Município de Alcanena era nulo.

O valor do Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo a considerar em 31-12-2012 era de € 7.645.762,00 e o valor verificado naquela data era de € 10.949.774,07, portanto superior ao limite acima mencionado, pelo que não coube ao Município de Alcanena qualquer valor do rateio para contratação de empréstimos de MLP.

Refira-se que aquele superior foi resultado da utilização dos empréstimos contratados com a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro no ano de 2011, no valor total de € 5.000.000,00, em que foi contratado um empréstimo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de € 3.500.000,00, e um empréstimo no valor de € 1.500.000,00 com a Caixa Económica Montepio Geral, S.A.

No decorrer do ano de 2013 foram utilizados os seguintes valores relativos a empréstimos:

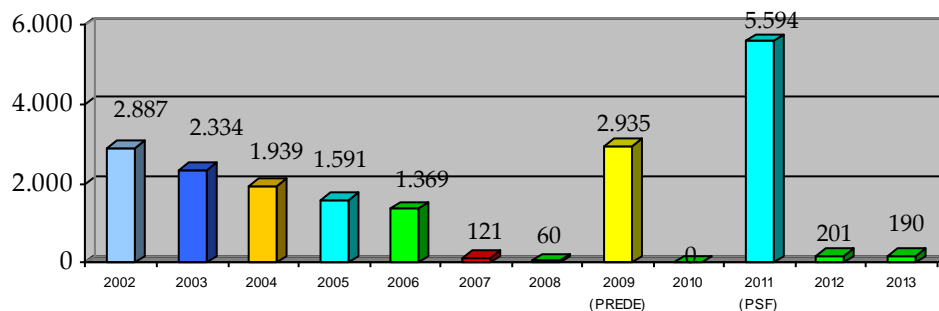
- Empréstimo de curto prazo: € 190.000,00 – para gestão de tesouraria e integralmente pago até 31 de dezembro de 2013.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do Recurso ao Crédito relativamente a anos anteriores, em que os anos de 2009 e 2011 foram anos de exceção.

No ano de 2009 foram contratualizados e utilizados dois financiamentos contratados no âmbito do PREDE – Programa de Regularização de Dívidas do Estado para pagamento de dívidas de curto prazo, no valor total de € 2.935.013,00, um com o Estado Português, através da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de € 1.174.005, com prazo de 10 anos e cinco de carência sem pagamento de juros durante o período de carência, e outro com o Banco Santander Totta, S.A. no valor € 1.761.008,00 com prazo de 5 anos.

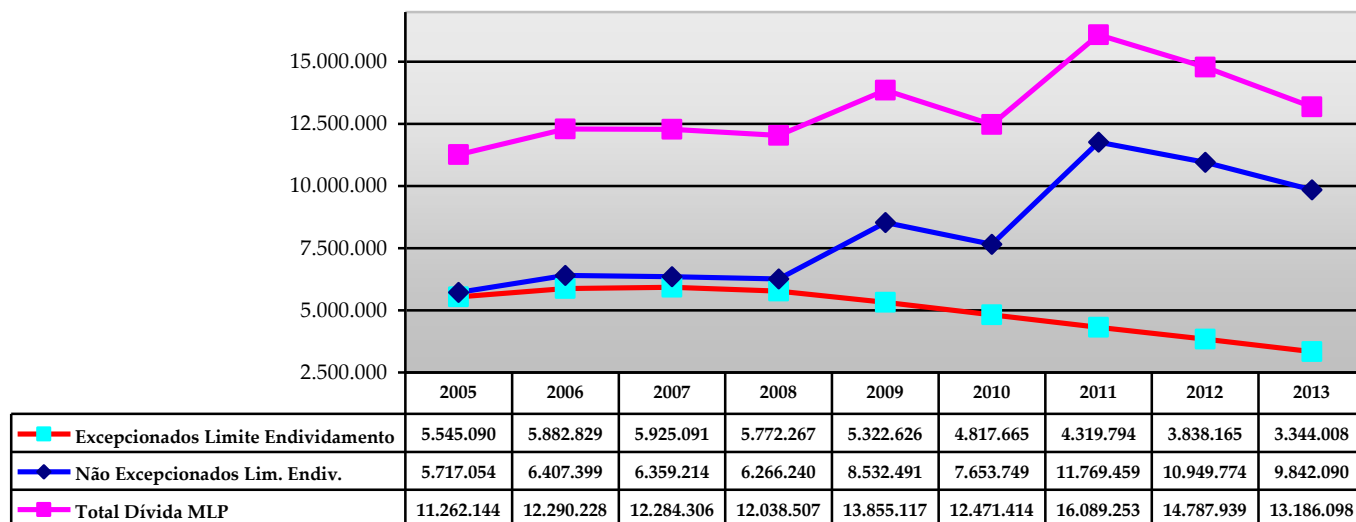
No ano de 2011 efetuou-se a contratação de dois empréstimos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, conforme acima se mencionou, no valor global de € 5.000.000,00.

Evolução do Recurso ao Crédito- (milhares de €)

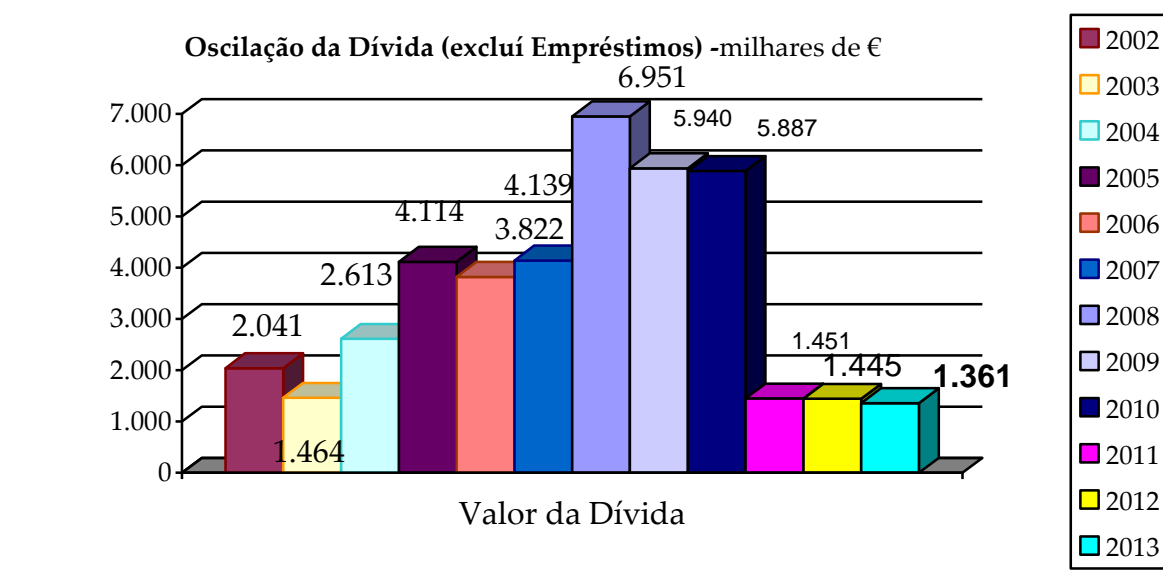


Importa aqui analisar também a evolução do peso do recurso ao crédito na dívida a médio longo prazo do Município e a sua influência no cálculo do limite geral de empréstimos, conforme gráfico seguinte:

Evolução da Dívida a MLP



2.1.8 – Dívida de Curto Prazo



O valor da dívida de Curto Prazo do Município verifica uma ligeira melhoria, comparativamente com o ano de 2012, com diminuição de 84 milhares de euros, ou seja, era de € 1.444.993,53 e passou a ser de € 1.360.835,46.

No ano de 2013 ocorreu a Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, conforme já foi referenciado no início deste documento, tendo todo o ativo e o passivo da empresa sido registado nas contas do Município de Alcanena.

O passivo da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, reportado à data do encerramento das contas (31-08-2013) e registado nas contas do Município era de € **419.368,98**, sendo que no final do ano de 2013 há a registar as seguintes dívidas relativas ao passivo transitado e assumido da empresa:

- Acordo efetuado pela EMA com o fornecedor “Tyco Integrated Systems, (Unipessoal) Ld.^ª”: **€ 3.830,40**;
- Acordo efetuado pela EMA com o fornecedor “Sumarconta - Fiscal, Contab. e Informática, Lda.”: **€ 2.535,86**;
- Acordo efetuado pela EMA com o fornecedor “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.”: **€ 4.493,66**;
- Acordo efetuado pela EMA com o fornecedor “Silvério & Melro, S.A.”: **€ 118.750,00**;
- Acordo efetuado pela EMA com a “Caixa Leasing e Factoring” pelos créditos cedidos pelo Pastilha: **€ 160.378,32**.

- Crédito litigioso reclamado pela Caixa Leasing e Factoring resultante do processo de dissolução da EMA, no valor total de € 110.621,27.

Em termos globais, em 31-12-2013, no passivo de curto prazo estão refletidos € 400.609,51 resultantes do processo de dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, pelo que se atendermos a este valor, poder-se-á falar que o passivo “corrente” do Município de Alcanena seria apenas de € 960.225,95, ou seja, relativamente a 2012, com um decréscimo de € 484.767,58.

No entanto, face à inclusão do passivo da EMA, o passivo de curto prazo encontra-se conforme abaixo se descreve.

A dívida a empreiteiros e fornecedores de imobilizado é de € 225.214,00, representando 16,5% do valor total da dívida de curto prazo, e a dívida a fornecedores de conta corrente é de € 236.694,95, o que representa 17,4% do valor total da dívida de curto prazo.

Importa mencionar que € 499.639,58, cerca de 36,7 % do total da dívida de curto prazo, se deve a empresas de factoring, e referentes a dívidas relativas a investimentos efetuados em anos anteriores, dado que os créditos foram cedidos pelos nossos fornecedores a essas instituições.

No final do ano de 2013 havia registado nas contas de faturas em receção e conferência relativos a fornecedores de conta corrente, um total de € 44.268,50, cerca de 3% do valor da dívida de curto prazo. Encontra-se também registado o valor de € 9.104,50 de faturas em conferência relativas a fornecedores de imobilizado.

De referir ainda que cerca de 11 % da dívida é referente a operações de tesouraria (€ 148.632,83), cujo valor se encontra registado nas contas de disponibilidades de igual valor.

Também no final de 2013 existe registado o valor em dívida de € 50.258,29 a Administrações Autárquicas, sendo € 49.988,74 dívidas a Juntas de Freguesia, relativo a comparticipação de projetos desenvolvidos por estas, e que se encontram em fase de regularização, conforme planos de pagamento formalizados com estas.

Não foi possível concretizar uma maior redução da dívida de curto prazo, uma vez que algumas das iniciativas previstas não foram concretizadas, nomeadamente a contratação de empréstimo de MLP para financiamento de obras comparticipadas, venda de bens de investimento, bem como outras medidas de maximização da receita.

Estes desvios serão objeto de análise detalhada no relatório de acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro, reportado à data de 31 de dezembro de 2013.

2.1.10 – Receita por Cobrar no Final do ano

No final do ano de 2013 ficaram por cobrar € 583.806,33, sendo as seguintes rubricas as mais significativas:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 84.978,70;
- Estado Outras (comparticipação de viatura pela ANPC): € 22.500,00;
- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 8.673,32;
- Transporte efetuado por Bombeiros/Ambulâncias: € 95.555,16;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 88.595,24;
- FEDER – PORC: € 69.324,69;

2.2 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.1 - Distribuição da Despesa por Classificação Orgânica

Analisando a Despesa por Classificação Orgânica, verificamos que em 2013 as rubricas que representam maior peso na Despesa paga do Município são, à semelhança do ano anterior: Infraestruturas e Equipamentos Municipais, Operações Financeiras, e Câmara Municipal, como se pode analisar no quadro seguinte:

Designação	Total Despesa paga (2012)	2012 (%)	Dotação Corrigida (2013)	Total Despesa paga (2013)	2013 (%)	Grau de Execução
Assembleia Municipal	11.176,46	0,10	35.708,00	32.639,45	0,28	91,41
Câmara Municipal	1.324.937,58	11,50	1.698.421,39	1.569.745,25	13,65	92,42
Operações Financeiras	2.043.336,49	17,73	2.389.940,89	2.171.783,81	18,89	90,87
Classes Inactivas	2.263,37	0,02	6.460,00	6.147,61	0,05	95,16
Administração Geral e Finanças	545.207,21	4,73	728.585,23	681.165,31	5,93	93,49
Desenvolvimento Social	411.192,00	3,57	472.615,09	390.290,70	3,39	82,58
Cultura e Turismo	390.498,50	3,39	747.200,63	671.385,08	5,84	89,85
Juventude e Desporto	677.230,49	5,88	857.480,51	682.191,28	5,93	79,56
Educação	874.261,29	7,59	1.077.656,07	915.035,51	7,96	84,91
Infraestruturas e Equipamentos Municipais	3.474.415,84	30,15	3.093.668,40	2.614.802,60	22,75	84,52
Protecção Civil e Gestão Florestal	648.290,49	5,63	975.986,01	859.881,12	7,48	88,10
Planeamento, Ordenamento e Urbanismo	115.756,29	1,00	247.460,42	188.642,02	1,64	76,23
Ambiente e Serviços Urbanos	417.095,87	3,62	365.534,77	329.189,55	2,86	90,06
Complexo do Alviela	317.239,98	2,75	440.599,65	189.987,73	1,65	43,12
Cine-Teatro S. Pedro	135.428,06	1,18	64.523,26	42.821,21	0,37	66,37
Biblioteca Municipal de Alcanena	134.596,75	1,17	184.883,29	150.355,47	1,31	81,32
TOTAL GLOBAL	11.522.926,67	100	13.386.723,61	11.496.063,70	100	85,88

2.2.2 – Distribuição da Despesa por Classificação Económica

Uma vez que a despesa paga é sempre em função de receita cobrada, temos que a despesa realizada em 2013 foi de € 11.496.063,70, sendo que as despesas correntes foram de € 7.494.190,28 e as despesas de capital foram de € 4.001.873,42, representando relativamente ao ano anterior um decréscimo global de cerca 26,8 milhares de euros, o equivalente a um decréscimo de 0,23% relativamente ao ano de 2012.

Class.	Designação	Total Despesa Paga 2012	Dotações Corrigidas 2013	Total Despesa Paga 2013	% 2013
1	Pessoal	2.788.686,96	3.289.443,57	2.974.132,17	25,9
2	Aquisição de bens e serviços correntes	2.600.984,21	3.981.431,83	3.215.889,52	28,0
3	Encargos correntes da dívida	561.174,77	411.142,60	403.642,72	3,5
4	Transferências correntes	851.617,60	829.433,07	774.083,47	6,7
5	Subsídios	57.588,08	51.954,90	41.042,80	0,4
6	Outras despesas correntes	48.472,03	88.411,14	85.399,60	0,7
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	6.908.523,65	8.651.817,11	7.494.190,28	65,2
7	Aquisição de bens de investimento	2.601.102,39	2.352.566,78	1.875.975,56	16,3
8	Transferências de capital	510.987,26	377.894,43	334.056,09	2,9
9	Activos financeiros	0,00	100.000,00		0,0
10	Passivos financeiros	1.502.313,37	1.904.445,29	1.791.841,77	15,6
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,0
	TOTAL DESPESAS CAPITAL	4.614.403,02	4.734.906,50	4.001.873,42	34,8
	TOTAL GERAL	11.522.926,67	13.386.723,61	11.496.063,70	100

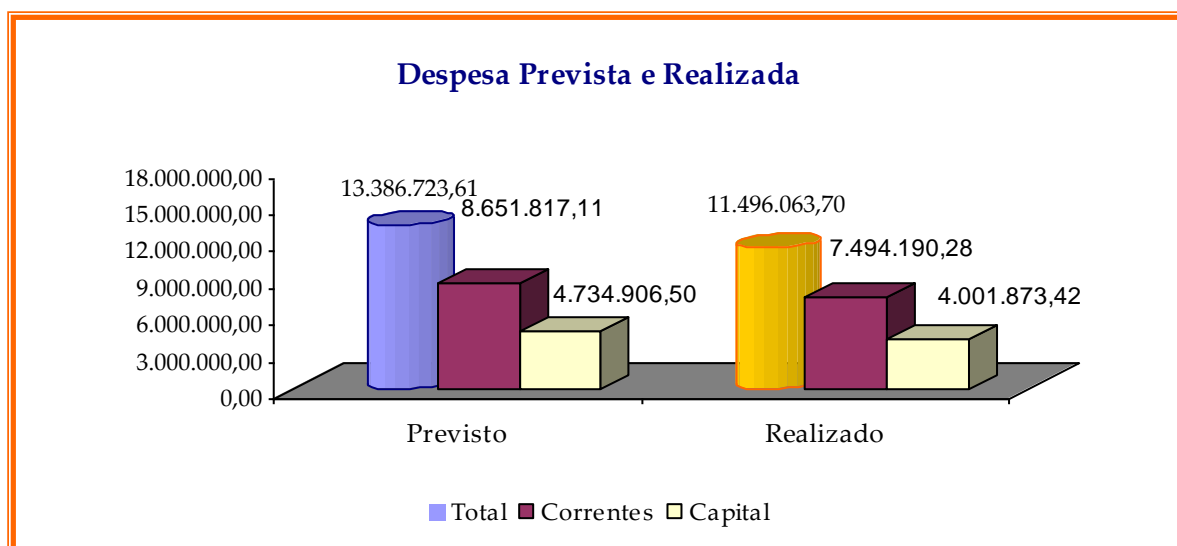
Do valor total das despesas pagas, foram pagos € 754.972,22 referentes a despesas de anos anteriores, correspondente a € 224.185,35 de despesas correntes e € 530.786,87 de despesas de capital.

Ainda assim, o Município ficou com dívidas referentes a despesas de capital de anos anteriores a 2012 relativas a créditos cedidos pelos fornecedores a instituições de factoring, no valor total de € 361.184,04, cujos planos de pagamento se encontram a decorrer.

Também ficou em dívida o valor total de € 49.988,64 às Juntas de Freguesia, relativo a comparticipação de projetos desenvolvidos por estas, e que se encontram em fase de regularização, conforme planos de pagamento formalizados com estas.

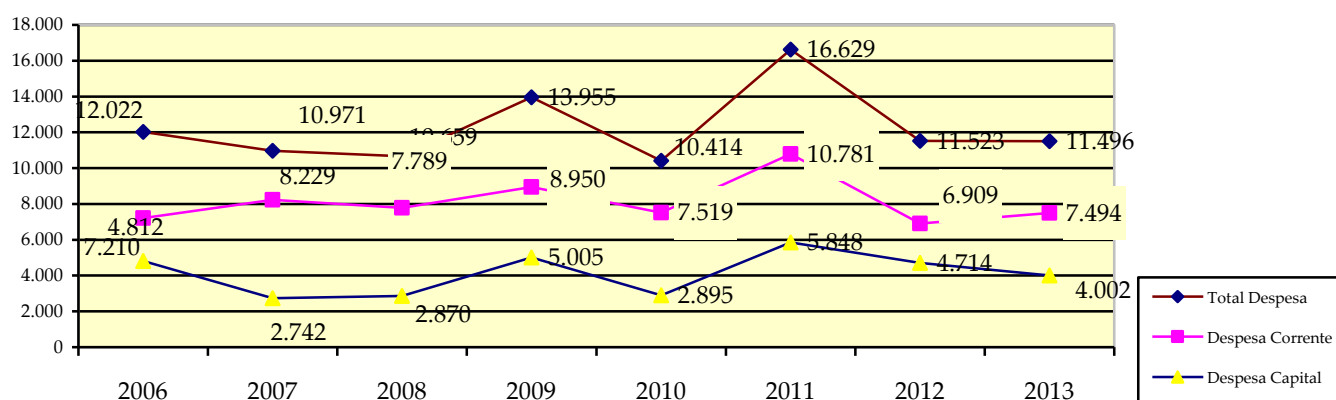
Importa também mencionar que no final do ano de 2013 o Município de Alcanena ficou com dívidas no valor de € 289.988,24 relativas ao passivo relativo à Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena.

O gráfico seguinte ilustra o valor de despesa efetivamente paga no decorrer do ano de 2013.



2.2.3 - Despesas Correntes e de Capital

Vejam a evolução da despesa paga desde o ano de 2006:



O ano de 2009 (pela utilização dos empréstimos contratados ao abrigo do PREDE no valor de € 2.935.013,00), e o ano de 2011 (pela utilização dos empréstimos de saneamento financeiro no valor de € 5.000.000,00) são anos invulgares no que aos pagamentos respeita.

Este ano o valor total da Despesa paga diminui relativamente ao ano anterior, sendo que no ano de 2012 o valor pago foi de cerca de 11.523 milhares de euros e neste ano foi de 11.496 milhares de euros. A diminuição foi na ordem dos 27 milhares de euros.

A tendência dos últimos anos, excluindo os anos de 2009 e 2011, tem sido de descida progressiva nos valores da despesa paga, fruto, obviamente da diminuição da receita cobrada.

As Receitas Correntes cobradas liquidas em 2013 foram de € 9.623.185,64, com um acréscimo relativamente a 2012 de 22%, as despesas correntes pagas foram de € 7.494.190,28.

Refira-se que dos € 7.494.190,28, apenas € 7.270.004,93 foram relativos a despesas contraídas no exercício de 2013, sendo o restante de anos anteriores.

As Receitas de Capital arrecadadas foram de € 1.864.350,47, tendo havido relativamente ao ano anterior um decréscimo, originado principalmente, conforme já se mencionou, com a nova forma de distribuição do FEF, com maior peso nas transferências correntes, em detrimento das transferências de capital, mas também influenciado pelo menor recebimento de participações comunitárias.

As Despesas de Capital pagas, por sua vez foram no valor de € 4.001.873,42, a que corresponde um decréscimo no investimento pago, em cerca de 13%, relativamente ao ano anterior. Do valor da despesa de capital pago estão incluídos € 530.786,87 de dívida de curto prazo contraída em anos anteriores a 2013.

2.2.4 – Despesa com Pessoal

As despesas com pessoal pagas no ano de 2013 foram de € 2.974.132,17, valor superior ao pago em 2012 em € 185.445,21 (aumento de 6,7%).

Este aumento deveu-se principalmente pelo pagamento do subsídio de férias e de Natal, cujo pagamento esteve suspenso no ano de 2012 (suspensão aplicável aos trabalhadores cuja remuneração base mensal fosse superior a 1.100,00€, bem como a redução progressiva do valor destes subsídios nos casos das remunerações compreendidas entre os 600,00€ e os 1.100,00€), pelo aumento dos pagamentos relativos a outros suplementos e prémios, uma vez que no ano de 2013 se regularizaram as senhas de presença ao Deputados Municipais e Vereadores da Câmara Municipal relativas a parte do ano de 2011 e 2012, bem como do ano de 2013 e ainda pelo aumento das contribuições para a segurança social.

À Exceção das rubricas anteriores, de um modo geral em todas as rubricas de despesas com pessoal apresentam diminuição relativamente ao ano anterior, tendo a destacar a redução do valor de remunerações pagas, das remunerações por doença e maternidade/paternidade, das horas extraordinárias e dos encargos com a saúde.

Também as despesas pagas relativas a indemnizações por cessações de funções e outras prestações familiares são inferiores ao ano anterior.

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas pagas com recursos humanos, por rubrica orçamental.

Designação da Despesa	Valor pago em 2012	Valor pago em 2013	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
Remunerações Certas e Permanentes	2.223.285,57	2.303.845,77	77,46	80.560,20	3,62
Remunerações	1.829.982,49	1.779.175,67	59,82	-50.806,82	-2,78
Representação	33.492,67	28.359,66	0,95	-5.133,01	-15,33
Subsídio de Refeição	185.040,52	178.025,22	5,99	-7.015,30	-3,79
Subsídio de Férias e Natal	129.200,34	284.250,42	9,56	155.050,08	120,01
Rem. por Doença e maternidade/paternidade	45.569,55	34.034,80	1,14	-11.534,75	-25,31
Abonos Variáveis	52.530,35	59.308,34	1,99	6.777,99	12,90
Horas Extraordinárias	19.994,39	9.083,79	0,31	-10.910,60	-54,57
Ajudas de Custo	2.355,37	3.074,61	0,10	719,24	30,54
Abono para Falhas	4.487,05	3.250,90	0,11	-1.236,15	-27,55
Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Colaboração Técnica especializada	0,00	0,00	0,00	0,00	--

Subsídio de Trabalho noturno	5.188,09	5.212,79	0,18	24,70	0,48
Subsídio de Turno	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Indemnizações por cessação de funções	9.328,99	6.046,80	0,20	-3.282,19	-35,18
Outros Suplementos e Prémios	11.176,46	32.639,45	1,10	21.462,99	192,04
Segurança Social	512.871,04	610.978,06	20,54	98.107,02	19,13
Encargos com a saúde	97.942,85	87.254,39	2,93	-10.688,46	-10,91
Outros encargos com a saúde	20.692,90	21.674,39	0,73	981,49	4,74
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	9.270,89	9.031,85	0,30	-239,04	-2,58
Outras Prestações Familiares	6.035,54	4.304,60	0,14	-1.730,94	-28,68
Contribuições para a Segurança Social	344.767,66	455.190,84	15,30	110.423,18	32,03
Acidentes em Serviço e doenças Profissionais	1.765,80	1.901,05	0,06	135,25	7,66
Outras Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	--
Seguros	32.395,40	31.620,94	1,06	-774,46	-2,39
Total Pago no ano	2.788.686,96	2.974.132,17	100,00	185.445,21	6,65

Se paralelamente a este quadro, analisarmos a Demonstração de Resultados, os custos com o pessoal tiveram um acréscimo de € 71.393,70, o equivalente a um acréscimo de 2,5%, passando de € 2.896.824,49 para € 2.968.218,19, valores repercutidos em termos de custos independentemente do seu pagamento ter ocorrido ou não.

Esta tendência é inversa ao do ano anterior, em que a redução dos custos com pessoal foi de 12,3%, relativamente ao ano de 2011.

Pela análise do quadro anterior, constata-se que existiu aumento nas despesas pagas nas seguintes rubricas, quando comparado com o ano de 2012:

- Subsídio de Férias e Natal;
- Ajudas de Custo;
- Subsídio de Trabalho Noturno;
- Outros Suplementos e prémios;
- Outros Encargos com a saúde;
- Contribuições para a Segurança Social;
- Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais.

2.2.4.1 Recursos Humanos

Tal como se apresenta no quadro seguinte, o reflexo do número de trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2013, para efeitos de Balanço Social, é de **156 pessoas**, sem

considerar os eleitos locais e membros do gabinete de apoio, no total 8 elementos, com a seguinte caracterização:

- 4 Comissões de Serviço (Dirigentes Intermédios)
- 143 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho por tempo indeterminado;
- 8 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho a termo resolutivo certo;
- 1 Trabalhadores em Regime de Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto;

Despesas Pagas no ano		Duodécimos do O. E. recebidos (correntes)	Número de Funcionários		
Ano	Euros		Quadro	Contratual	Total
			Pertencentes ao Mapa Pessoal		
2002	€ 2.515.357,08	100,3%	128	105	233
2003	€ 2.767.313,67	106,23%	133	114	247
2004	€ 2.872.783,02	105,23%	134	116	250
2005	€ 3.042.947,15	109,23%	127	135	262
2006	€ 3.115.431,54	110,45%	127	97	224
2007	€ 3.191.943,62	107,67%	120	70 + 63 + 11 + 5 (Contratados + Poc + Estágios)	269
2008	€ 3.371.708,10	108,32%	114	91	205
2009	€ 3.602.094,17	111,62%	129	62	191*
2010	€ 3.529.638,94	111,59%	132 ⁽¹⁾	59 ⁽²⁾	191*
2011	€ 3.952.815,74	137,09 %	161 ⁽¹⁾	13 ⁽²⁾	174 *
2012	€ 2.788.686,96	85,78%	154 ⁽¹⁾	13 ⁽²⁾	167
2013	€ 2.974.132,17	77,69%	147 ⁽¹⁾	9 ⁽²⁾	156

* Dados provenientes do Balanço Social do ano de 2013

⁽¹⁾ Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Indeterminado e Comissões de Serviço.

⁽²⁾ Trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho para Funções Públicas Por Tempo Determinado (a termo).

Relativamente ao ano de 2012, o Município de Alcanena **reduziu efetivamente em 11 os trabalhadores**, tendo em consideração os valores refletidos no Balanço Social, no

entanto, essa redução apenas se traduz efetivamente em 7 trabalhadores, tendo em consideração o abaixo mencionado no ponto 2.2.4.3.

2.2.4.2 Nível Sócio Profissional dos Recursos Humanos

Ao nível Sócio Profissional, podemos afirmar que a Estrutura Humana do Município de Alcanena está distribuída da seguinte forma:

$$\begin{aligned}\% \text{ Efetivos} &= \frac{147 \cdot 100}{156} = 94,23\% \\ \% \text{ Contratados} &= \frac{9 \cdot 100}{156} = 5,77\%\end{aligned}$$

Do total dos trabalhadores da Câmara (156) no ano de 2013, 94,23% estão em situação de vinculação definitiva, 5,77% em situação precária de emprego, pois, encontram-se em regime de contrato a termo resolutivo certo e incerto.

2.2.4.3 Nível de Segurança no Emprego

(Saídas e entradas durante o ano de 2013)

Durante o ano de 2013, observaram-se 14 saídas para 7 entradas, para cujos motivos da cessação de funções foram:

- Caducidade de contrato (6)
- Atribuição pela Seg. Social de Pensão de Invalidez (1)
- Aposentações (7)

Constatou-se, ainda, que durante o ano de 2013 o Município de Alcanena manteve a tendência na redução do n.º de efetivos, na ordem dos 7%, motivada no caso em concreto

por, saída de trabalhadores por aposentação, caducidades contratuais e outras situações, colmatando parcial e fundamentadamente em motivos de interesse público, essas saídas, **com a entrada total de 7 trabalhadores, sendo 4 trabalhadores** por recurso a contratação a termo resolutivo certo (medida de exceção prevista na LOE2012 – n.º 2, do art.º 66.º, conjugado com o art.º 59.º, n.º 3 do supracitado diploma legal), **entrada de 1 dirigente intermédio de 2.º grau**, para a DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais e a **entrada de 2 trabalhadores por recurso a mecanismos de mobilidade interna, na categoria e intercarreiras**.

No Balanço Social de 2013, nos 156 trabalhadores apontados, não estão incluídas os seguintes trabalhadores:

- trabalhadores em regime de mobilidade; - total de 3, sendo uma mobilidade para órgão diferente do Município e duas mobilidades que integraram temporariamente os serviços do Município;
- 1 trabalhadora que foi designada para secretariar o gabinete de apoio à vereação.

Salienta-se, ainda, que além do Município estar em estrito cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro em matéria de Reorganização dos Serviços, também, cumpriu os normativos legais em matéria de Lei do Orçamento de Estado 2013, no que respeita aos mecanismos de Controlo de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais e Redução de trabalhadores nas autarquias locais, contribuindo estas saídas para alcançar os normativos legais em vigor:

- Redução de 2% do n.º trabalhadores com relação jurídica de emprego público; e
- Redução de 50% do n.º trabalhadores detentores de contratos de trabalho a termo resolutivo certo. Neste normativo legal (N.º 1, do art.º 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – LOE2013), foi deliberado por unanimidade dos presentes, na sessão ordinária realizada a 28 de junho de 2013, autorizar uma redução inferior à prevista, fixando-se a mesma em 20%, ao abrigo do n.º 3, do art.º 59.º da referenciada lei).

2.2.4.4 Limites às Despesas com o Pessoal

Até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e por força da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) introduzido pela Lei do

Orçamento do Estado para 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril), não existia limitação legal às despesas com pessoal dos municípios, sem prejuízo das limitações gerais de despesa que decorressem da Lei das Finanças Locais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 Outubro, diploma que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias, foi revogada pelo artigo 17.º, do citado diploma o Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, não tendo sido estabelecido qualquer limite com despesas de pessoal.

A partir do ano de 2010 e durante o período de vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), foram impostos através das Leis do Orçamento de Estado (anuais), limites em matéria de redução do n.º de efetivos nas autarquias locais e introduzidos mecanismos de controlo ao recrutamento nas autarquias locais, normativos legais que se fizeram sentir em matéria de LOE 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro).

2.2.5 – Despesa com Aquisição de Bens e Serviços

Designação da Despesa		Valor pago em 2012	Valor pago em 2013	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
Aquisição de Bens		562.715,33	649.401,06	20,19	86.685,73	15,40
020101	Matérias Primas e Subsidiárias	1.504,18	1.948,05	0,06	443,87	29,51
020102	Combustível e Lubrificantes	271.625,28	288.862,50	8,98	17.237,22	6,35
020103	Munições, Explosivos e Munições	439,80	919,06	0,03	479,26	108,97
020104	Limpeza e Higiene	10.788,38	12.513,06	0,39	1.724,68	15,99
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	150.459,89	199.631,47	6,21	49.171,58	32,68
020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	1.662,82	4.404,69	0,14	2.741,87	164,89
020107	Vestuário e Artigos Pessoais	966,54	1.637,20	0,05	670,66	69,39
020108	Material de Escritório	9.521,75	12.363,51	0,38	2.841,76	29,84
020109	Produtos Químicos e Farmacêuticos	7.248,56	22.848,85	0,71	15.600,29	215,22
020110	Produtos vendidos nas farmácias	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020111	Material de Consumo Clínico	4.363,65	6.564,80	0,20	2.201,15	50,44
020112	Material de Transporte - Peças	28.804,23	29.364,96	0,91	560,73	1,95
020113	Material de Consumo Hoteleiro	0,00	344,37	0,01	344,37	--
020114	Outro material - Peças	6.356,76	5.140,75	0,16	-1.216,01	-19,13
020115	Prémios, condecorações e ofertas	14.414,52	18.171,36	0,57	3.756,84	26,06
020116	Mercadorias para venda	369,98	562,54	0,02	192,56	52,05
020117	Ferramentas e Utensílios	3.442,87	3.723,30	0,12	280,43	8,15
020118	Livros e Documentação Técnica	172,63	60,00	0,00	-112,63	-65,24
020119	Artigos Honoríficos e de decoração	189,96	3.148,92	0,10	2.958,96	1557,68
020120	Material de Educação cultura e recreio	17.862,19	11.516,27	0,36	-6.345,92	-35,53
020121	Outros bens	32.521,34	25.675,40	0,80	-6.845,94	-21,05
Aquisição de Serviços		2.038.268,88	2.566.488,46	79,81	528.219,58	25,92
020201	Encargos das Instalações	656.857,07	919.089,95	28,58	262.232,88	39,92
020202	Limpeza e Higiene	456.666,69	782.736,15	24,34	326.069,46	71,40
020203	Conservação e bens	28.988,68	41.011,33	1,28	12.022,65	41,47
020204	Locação de Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020205	Locação de material de informática	3.957,58	4.677,14	0,15	719,56	18,18
020206	Locação de material de transporte	2.135,00	2.340,00	0,07	205,00	9,60
020208	Locação de outros bens	9.958,92	11.040,46	0,34	1.081,54	10,86
020209	Comunicações	68.026,63	74.147,65	2,31	6.121,02	9,00
020210	Transportes	168.149,59	180.270,29	5,61	12.120,70	7,21
020211	Representação dos serviços	0,00		0,00	0,00	--
020212	Seguros	39.929,33	38.378,86	1,19	-1.550,47	-3,88
020213	Deslocações e Estadas	761,80	1.622,00	0,05	860,20	112,92
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	22.025,71	14.831,73	0,46	-7.193,98	-32,66
020215	Formação	1.543,30	700,00	0,02	-843,30	-54,64
020216	Seminários, exposições e similares	7.428,00	1.195,16	0,04	-6.232,84	-83,91
020217	Publicidade	9.626,57	15.171,44	0,47	5.544,87	57,60
020218	Vigilância e Segurança	1.710,99	1.278,60	0,04	-432,39	-25,27
020219	Assistência Técnica	12.353,81	13.844,81	0,43	1.491,00	12,07
020220	Outros Trabalhos especializados	182.074,21	82.726,23	2,57	-99.347,98	-54,56
020222	Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	--
020224	Encargos de Cobrança de receitas	49.890,54	61.827,66	1,92	11.937,12	23,93
020225	Outros Serviços	316.184,46	319.599,00	9,94	3.414,54	1,08
Total Pago no ano		2.600.984,21	3.215.889,52	100,00	614.905,31	23,64

Conforme podemos verificar pela análise da tabela anterior o valor da despesa paga no ano de 2013 referente à aquisição de bens e serviços foi superior ao valor pago em 2012, com um aumento de € 614.905,31, o correspondente a 23,6%.

Se atender-mos ao facto de o valor pago de despesas desta natureza em 2011 incluir € 213.805,49 relativos a despesas contraídas em exercícios anteriores a 2013, o valor de despesa paga relativa ao ano de 2013 foi de € 3.002.084,03.

No final de 2013 estão em dívida € 224.340,44 de despesa desta natureza.

Os bens pagos foram, principalmente: combustíveis e lubrificantes e alimentação confeccionada.

Nos serviços, as rubricas com maior peso nas despesas pagas, foram: Encargos de Instalações, Limpeza e Higiene, Outros Serviços, Transportes, e Outros Trabalhos Especializados.

Também aqui importa referir, que analisando o mapa da demonstração de resultados, os custos com fornecimentos e serviços externos (onde se registam a maioria dos custos com a aquisição de bens e serviços) também aumentou em 2013, na ordem dos 12,5 mil euros, passando dos 2.891 milhares de euros registados em 2012 para os 2.903 milhares de euros registados em 2013.

No ano de 2013, foi invertida a tendência decrescente que se tinha verificado nos dois anos anteriores.

2.2.6 – Transferências

No ano de 2013 foram pagas as seguintes transferências correntes:

Designação da Despesa		Valor pago em 2012	Valor pago em 2013	% sobre o total	Evolução	% de aumento/diminuição
040101	Sociedades Públicas	90.000,00	15.000,00	1,94	-75.000,00	-83,33
040102	Sociedades Privadas	450,00	450,00	0,06	0,00	0,00
040301	Estado			0,00	0,00	--
04050101	Municípios	26.804,00	36.724,88	4,74	9.920,88	37,01
04050102	Freguesias	281.826,57	254.697,50	32,90	-27.129,07	-9,63
04050104	Associações de Municípios	47.664,77	56.195,30	7,26	8.530,53	17,90
04050107	Assembleias Distritais	8.690,08	4.489,20	0,58	-4.200,88	-48,34
040701	Instituições s/ fins lucrativos	353.461,76	363.091,74	46,91	9.629,98	2,72
040802	Famílias - Outras	32.720,42	43.434,85	5,61	10.714,43	32,75
040903	Resto do Mundo - Países Terceiros	10.000,00	0,00	0,00	-10.000,00	-100,00
Total Pago no ano		851.617,60	774.083,47	100,00	-77.534,13	-9,10

Em termos globais verificou-se uma diminuição de € 77.534,13 nos valores das transferências correntes pagas, relativamente ao ano de 2012.

Verificou-se a diminuição das transferências correntes pagas para as Sociedades Públicas (onde se enquadra a EMA), para as Juntas de Freguesia, para a Assembleia Distrital de Santarém e para o “Resto do Mundo” – Município do Sal.

Verificou-se o aumento de transferências pagas aos Municípios (Torres Novas – comparticipação das despesas do Canil Intermunicipal), para as Associações de Municípios, para Instituições sem fins Lucrativas e para as Famílias.

2.2.6.1 - Juntas de Freguesia

O valor transferido para as Juntas de Freguesia totalizou € 413.475,35, sendo € 254.697,50 Transferências Correntes e € 158.777,85 Transferências de Capital (das quais € 40.387,65 foram contraídas em anos anteriores e estão a ser efetuados os pagamentos às respetivas juntas através de acordos de pagamento).

No final de 2013 ainda se verifica a dívida no valor total € 49.988,64 à junta de freguesia de Moitas Venda, relativa ao acordo de pagamento formalizado com a respetiva Junta de Freguesia.

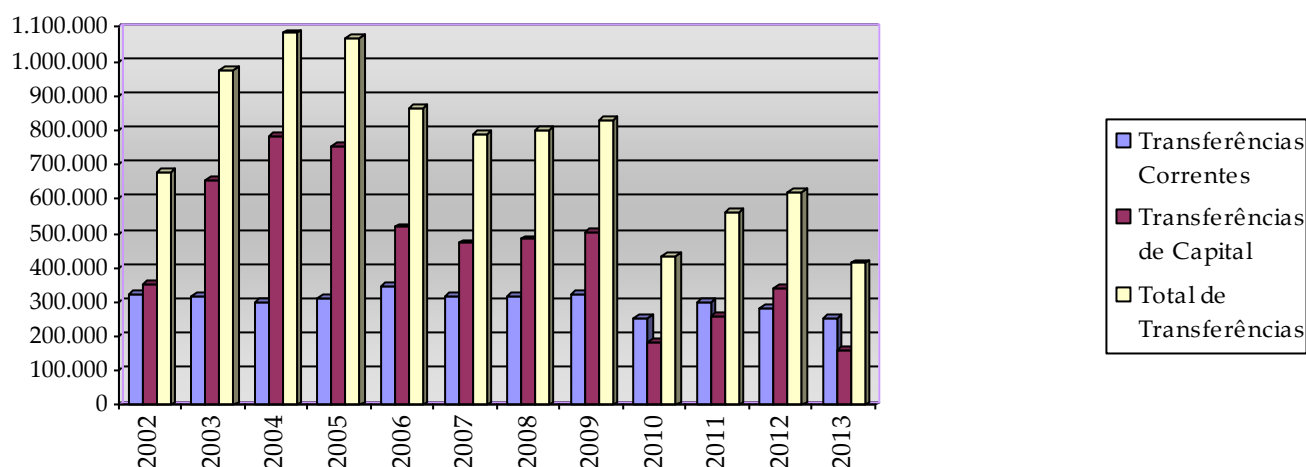
Esses planos foram cumpridos, reduzindo deste modo a dívida existente no final de 2010, na ordem dos 500 mil euros para os atuais € 49.988,64 verificados no final de 2013. Em 2013 os pagamentos relativos a estes planos de pagamento foram no valor total de € 40.387,65.

Dos planos de pagamento formalizados, está ainda a decorrer o plano de pagamento com a Junta de Freguesia de Moitas Venda, que termina em dezembro de 2014.

No ano de 2013 foram transferidos para todas as juntas € 150.000,00, distribuídos conforme protocolo de delegação de competências e € 168.620,88 relativos a duodécimos para apoio ao funcionamento das respetivas Juntas de Freguesia.

Foram ainda comparticipados dois investimentos efetuados por juntas de freguesia, a aquisição de um terreno pela Junta de Freguesia do Espinheiro, no valor de € 4.000,00 e a comparticipação do projeto “Rota das Fontes” à Junta de Freguesia de Bugalhos.

Transferências para as Juntas de Freguesia



2.2.7 - Justificação dos Desvios

Vamos fazer de seguida a justificação dos desvios, entre o que foi previsto e o que efetivamente foi realizado.

Quanto às Despesas Correntes, a dotação corrigida era de € 8.651.817,11 e o valor pago efetivamente foi de € 7.494.190,28, com uma taxa de execução de 86,6 %.

No final do ano transitaram em dívida € 234.403,48.

No investimento (Despesas de Capital) o desvio entre o previsto e o efetivamente pago é maior do que o verificado nas Despesas Correntes.

O valor orçado em despesas de capital foi de € 4.734.906,50, e o que foi pago efetivamente foi € 4.001.873,42, representando uma taxa de execução de 84,5%

Importa aqui referir que os compromissos assumidos e não pagos no final do ano de 2013 são no valor total de € 773.544,79, com uma diminuição de € 609.436,45 relativamente ao ano de 2012.

Já nos anos de 2011 e 2012 se tinha verificado a diminuição dos compromissos por pagar no final de cada ano na ordem dos € 4.293.005,23 e € 1.984.986,35, respetivamente.

O evoluir e valores de compromissos assumidos e não pagos encontra-se assim discriminado:

Class.	Designação	Compromissos por Pagar 2011	Compromissos por Pagar 2012	Compromissos por Pagar 2013	Evolução de Compromissos por pagar 2012 para 2013
1	Pessoal	18.935,18	2.662,07	27.435,24	24.773,17
2	Aquisição de bens e serviços correntes	258.584,67	410.820,24	495.649,95	84.829,71
3	Encargos correntes da dívida	168.597,68	1.420,59	326,47	-1.094,12
4	Transferências correntes	5.037,75	13.890,03	18.153,19	4.263,16
5	Subsídios	804,45	83,84	9.005,71	8.921,87
6	Outras despesas correntes	0,00	48,98	1.618,79	1.569,81
	TOTAL DESPESAS CORRENTES	451.959,73	428.925,75	552.189,35	123.263,60
7	Aquisição de bens de investimento	2.635.519,95	940.521,36	212.158,46	-728.362,90
8	Transferências de capital	224.316,93	13.534,13	9.196,98	-4.337,15
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Passivos financeiros	56.170,98	0,00	0,00	0,00
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DESPESAS CAPITAL	2.916.007,86	954.055,49	221.355,44	-732.700,05
	TOTAL GERAL	3.367.967,59	1.382.981,24	773.544,79	-609.436,45

Quanto aos compromissos por pagar relativos a despesas de capital, no final de 2013, no valor total de € 221.355,44, importa referir que respeitam principalmente às seguintes empreitadas, cujos contratos foram formalizados e a respetiva execução financeira não se realizou:

- Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto: € 94.575,27;
- Percorrer e Reconhecer Alcanena – Rede de Percursos – Reabilitação da Praia Fluvial, Parque de Campismo e Zona Envolvente: € 49.702,61.
- Projeto de Muro de Contenção no perímetro da Escola EB1 de Alcanena: € 8.979,00

Estes valores totalizam o global de 153 milhares de euros, sendo os restantes 68 mil euros repartidos por diversos projetos de maior ou menor relevo.

No decorrer do ano de 2012 foi publicada a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio aprovar as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades pública, vulgarmente designada por LCPA - Lei dos Compromissos em Atraso, cujos Procedimentos necessários à aplicação da citada Lei foram definidos através do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

O município aplicou a citada Lei, mesmo antes da definição dada pelo Decreto-Lei 127/2012, acima mencionados, efetuando os necessários ajustes.

Entre outras regras, veio esta Lei possibilitar efetuar Planos de Pagamento com os fornecedores para dívidas anteriores a 21 de fevereiro de 2012. O município já tinha em anos anteriores formalizados planos/acordos de pagamento com fornecedores de imobilizado, através de empresa de factoring e também com as Juntas de Freguesia.

Nesse sentido foram efetuados os necessários movimentos contabilísticos na aplicação informática em uso, originando deste modo que os valores considerados em planos de pagamentos, cujos pagamentos ocorressem em 2013 e seguintes, deixassem de ter reflexo nos compromissos do ano de 2012, uma vez que acrescem aos compromissos nos respetivos períodos de liquidação.

Deste modo, os compromissos relativos aos planos de pagamento transitados para anos seguintes a 2013, no valor total de € 701.160,92 são os seguintes:

Factoring: € 361.184,04;

Juntas de Freguesia: € 49.988,64;

Acordo de Pagamento Formalizados pela Empresa de Melhoramentos de Alcanena e incluídos nas contas do Município: € 289.988,24

Importa referir, que embora estes valores não constem em compromissos por pagar no final de 2013, estão refletidos em termos de dívida às diversas entidades, constantes no Balanço.

No geral, as Despesas Correntes e de Capital pagas apresentam um desvio de 14% relativamente ao orçado, o que equivale a dizer que o índice de concretização foi de 86%.

No presente ano verifica-se o equilíbrio orçamental entre as despesas correntes pagas (€ 7.494.190,28) e as receitas correntes cobradas brutas (€ 9.680.646,98), com uma diferença de 2.186 milhares de euros, o que originou a canalização deste valor para despesas de capital.

2.3 – Execução das Grandes Opções do Plano

O documento Grandes Opções do Plano engloba duas vertentes, a primeira é a que está diretamente relacionada com o Investimento realizado pelo Município – Plano Plurianual de Investimentos, e a segunda engloba os projetos/ações, que embora não sejam investimento por parte da Autarquia, merecem destaque - Atividades Mais Relevantes.

As Grandes Opções do Plano são constituídas pelos seguintes objetivos principais: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções.

As Funções Gerais são constituídas pelos seguintes programas:

- Administração Geral;
- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios.

As Funções Sociais por:

- Ensino Não Superior;
- Serviços Individuais de Saúde;
- Ação Social;
- Habitação;
- Ordenamento do Território;
- Saneamento;
- Abastecimento de Água;
- Resíduos Sólidos;
- Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza;
- Cultura;
- Desporto, Recreio e Lazer;

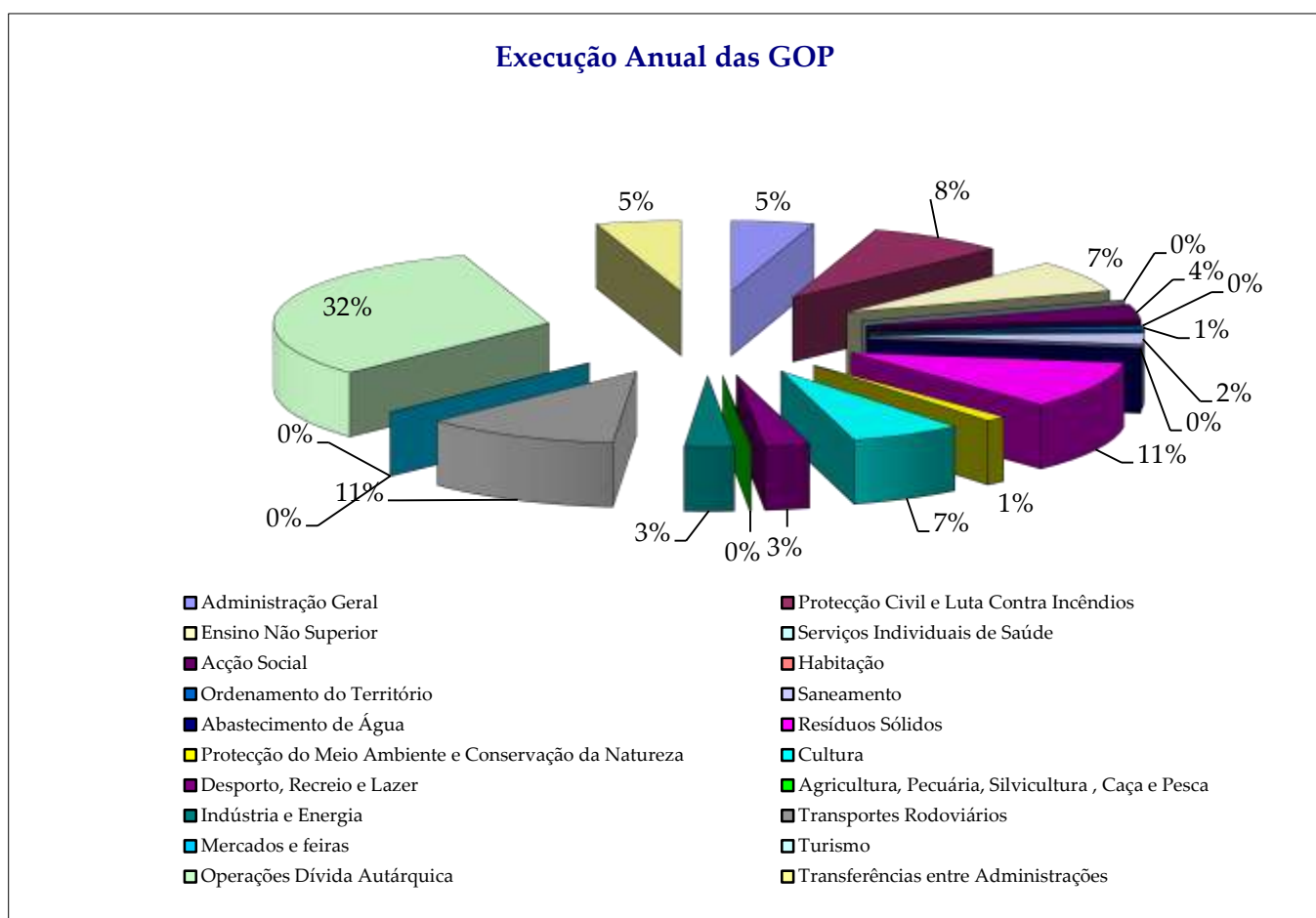
As Funções Económicas são constituídas pelos seguintes programas:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca;
- Indústria e Energia;
- Transportes Rodoviários;
- Mercados e Feiras.

Outras Funções:

- Operações da Dívida Autárquica;
- Transferências entre Administrações;
- Diversas não especificadas.

No ano de 2013 a execução no que respeita às Grandes Opções do Plano, tendo em consideração que o valor pago e refletivo nas GOP foi de € 6.748.185,42, ou seja aproximadamente 59% do valor total pago no ano em análise, foi a seguinte:



No final do ano de 2013 o valor da dívida refletido no mapa das GOP é de € 260.398,63, o equivalente a 19 % do valor constante no Balanço, podendo claramente serem identificados os projetos ou ações onde transita a dívida.

A este valor à que considerar o valor dos planos de pagamento cuja liquidação ocorrerá no ano de 2014 e seguintes, conforme acima mencionado no valor total de € 701.160,92, representando 52% do valor de dívida constante no Balanço.

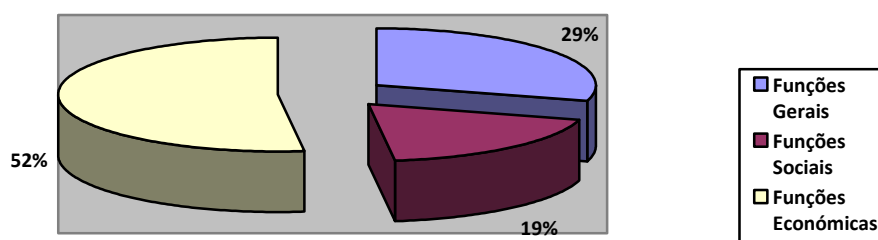
No conjunto, estas dívidas representa 71% da dívida de curto prazo.

2.3.1 - Plano Plurianual de Investimentos

Para o ano de 2013 foi previsto investimento na ordem dos 2,3 milhões de euros, tendo sido executado cerca de 1,9 milhões de euros, o que dá uma taxa de execução de aproximadamente 83,9%.

Obj./Prog.	Designação	Montante Previsto Ano	Montante Executado	%	Execução Anual (%)
01	Funções Gerais	645.360,76	549.892,30	29,3	85,2
111	Administração Geral	258.609,36	194.722,72	10,38	75,3
121	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	386.751,40	355.169,58	18,93	91,8
02	Funções Sociais	558.706,83	349.807,43	18,6	62,6
211	Ensino Não Superior	35.397,93	3.647,21	0,19	10,3
221	Serviços Individuais de Saúde			0,00	0,0
232	Ação Social	899,00	404,99	0,02	45,0
241	Habitação	100,00	0,00	0,00	0,0
242	Ordenamento do Território	500,00	221,40	0,01	44,3
243	Saneamento	16.887,70	14.432,70	0,77	85,5
244	Abastecimento de Água	17.658,08	17.168,25	0,92	97,2
245	Resíduos Sólidos	100,00	0,00	0,00	0,0
246	Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	195.260,48	26.212,98	1,40	13,4
251	Cultura	273.972,00	273.895,74	14,60	100,0
252	Desporto, Recreio e Lazer	17.931,64	13.824,16	0,74	77,1
03	Funções Económicas	1.148.499,19	976.275,83	52,0	85,0
310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura , Caça e Pesca	7.011,00	6.228,11	0,33	88,8
320	Indústria e Energia	198.571,36	196.176,16	10,46	98,8
331	Transportes Rodoviários	940.454,83	773.871,56	41,25	82,3
341	Mercados e feiras	2.462,00	0,00	0,00	0,0
342	Turismo	0,00	0,00	0,00	--
	Total PPI	2.352.566,78	1.875.975,56	100,00	79,7

Foi no objetivo Funções Económicas, onde se efetuaram pagamentos de maior valor relativos a investimentos, representando 52,0% do total de Investimento realizado em 2013, sendo seguido pelas Funções Gerais com 29,3% e Funções Sociais com 18,6%, conforme se pode visualizar no seguinte gráfico:



No objetivo relativo às Funções Económicas, os pagamentos com maior relevo foram os relativos a:

- Beneficiação/Remodelação da Ex EN 365-4 – Troço Moita-Alcanena no valor de € 49.533,27;
- Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto, no valor de € 680.968,66;
- Aquisição de terrenos para a Zona Industrial de Minde, no valor de € 100.569,52; e
- Execução de Infraestruturas da Zona Industrial de Minde, no valor de € 87.670,84.

O objetivo das Funções Económicas apresentou uma taxa de execução anual de Investimento na ordem dos 85%.

2.3.1.1 - Funções Gerais

O Objetivo Funções Gerais abrange dois Programas: a Administração Geral e a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios. No primeiro foram executados € 194.722,72 e no segundo € 355.169,58.

Na Administração Geral investiu-se principalmente na aquisição de Software (€ 14.464,73), na aquisição Conservação da Casa da Cultura (€ 128.844,32) e na Elaboração do projeto para a Requalificação do Edifício do Quartel da GNR (no valor de € 12.265,56).

O investimento pago associado à dívida relativa ao processo de Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena foi no valor de € 32.114,83.

Na Proteção Civil o principal investimento realizado foi efetuado no âmbito da aquisição ou reparação de viaturas e da requalificação do Quartel dos Bombeiros Municipais.

Destaca-se o pagamento efetuado relativo à Requalificação do Quartel dos Bombeiros Municipais no valor de € 213.645,24, a aquisição de uma Central de Comunicações no valor de € 32.811,87 e diverso equipamento básico necessário à Requalificação, no valor de € 6.073,74.

No ano de 2013 foi efetuada a reparação da viatura MAN no valor de € 15.977,70.

Ainda com um peso significativo foram efetuados pagamentos de reparações e aquisição de uma viatura, no âmbito do DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios, no valor de € 85.190,40, cujo financiamento também foi assegurado, em parte, pela ANPC.

2.3.1.2 - Funções Sociais

No âmbito das Funções Sociais o programa relativo à Cultura foi o programa onde se realizou maior investimento: € 273.895,74.

Neste Programa, importa fazer referência ao valor de € 123.471,24 pagos relativos ao projeto do Museu do Curtume e ao valor de € 150.000,00 relativo à aquisição do Imóvel relativo ao Centro Cultural em Minde.

A segunda área com maior investimento pago no âmbito das funções sociais, foi o programa relativo à Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, com destaque para Reparções no edifício do Centro de Ciência Viva do Alviela no valor de € 15.756,45 e Construções Diversas no valor de € 10.456,53.

No programa do Abastecimento de Água, com o valor total pago de € 16.158,08, destaca-se a Reabilitação da Rede de Águas efetuada aquando da Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto.

Relativamente ao programa do Saneamento foi pago o valor de € 12.164,70 respeitante a equipamento necessário à conclusão da rede de saneamento na Serra de Santo António, Covão do Feto e Casais da Moreta.

No âmbito do Desporto, Recreio e Lazer, destaca-se o valor pago de € 12.536,64, relativo ao valor final do projeto relativo à Recuperação do Gimnodesportivo de Minde.

2.3.1.3 - Funções Económicas

No âmbito das Funções Económicas, com o total de investimento pago de € 976.275,83, foi o programa relativo aos Transportes Rodoviários foi onde mais se investiu, cerca de 41% do Investimento Total pago em 2013, seguido do Programa relativo à Indústria e Energia, com o valor pago de € 196.176,16.

No programa Transportes Rodoviários, destacam-se conforme já se referiu, os pagamentos efetuados relativos à Beneficiação/Remodelação da Ex EN 365-4 – Troço Moita-Alcanena, com o valor de € 49.533,27 e à Beneficiação/Remodelação da EN 360 – Minde a Vale Alto, com o valor de € 680.968,66.

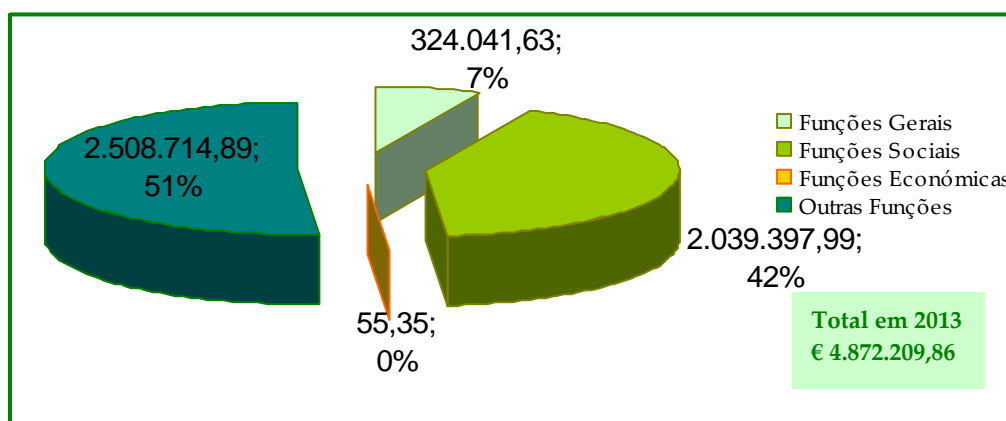
Neste programa também tiveram relevo, os pagamentos efetuados no projeto relativo a Caminhos Municipais, com o valor pago de € 22.156,69.

No programa da Indústria e Energia, evidencia-se a Zona Industrial de Minde, com o valor realizado de € 100.569,52 e € 87.670,84, respetivamente, na aquisição de terrenos, por via da expropriação, e na execução de infraestruturas, respetivamente.

2.3.2 - Atividades Mais Relevantes

Ao nível das Atividades Mais Relevantes, foram executados/pagos em 2013, € 4.872.209,86, sendo repartido da seguinte forma:

- Funções Gerais: € 324.041,63;
- Funções Sociais: € 2.039.397,99;
- Funções Económicas: € 55,35.
- Outras Funções: € 2.508.714,89.



Em Funções Gerais destacam-se os seguintes projetos/ações:

- CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Quotizações;
- Boletim Municipal;
- Estágios Profissionais;
- EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena – Transferências Correntes;
- EMA – Empresa de Melhoramentos de Alcanena – Processo de Dissolução;
- Manutenção de Viaturas dos Bombeiros Municipais;
- Equipa de Sapadores Florestais;
- Comparticipações aos Bombeiros Voluntários de Minde;
- Liga dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Alcanena;
- DECIF – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios;

Em Funções Sociais foram os seguintes projetos/ações com maior execução:

- Refeitórios Escolares;
- Aquisição de Serviços de Transportes Escolares;
- Atividades de Enriquecimento Curricular a Escolas do 1.º Ciclo;
- Apoio a atividades escolares;
- Rede Social – Forum dos Recursos Sociais do Concelho;
- Almoço Convívio Sénior;
- Férias Séniores – Praia;
- Apoio a Estudantes do Ensino Superior;
- Empresa de Inserção – Conservação Ambiente;
- Contratos Emprego Inserção +;
- Projeto Alcanena Município Solidário;
- Plano Municipal para a Igualdade do Género;
- Lar Residencial CRIT;
- Planos Municipais de Ordenamento do Território;
- Plano Municipal de Promoção de Acessibilidades no Concelho de Alcanena

(RAMPA)

‣ Transferências para Juntas de Freguesia em matéria de Ordenamento do Território;

- Exploração da ETAR Minde/Mira de Aire
- Manutenção e Controle de Etar e Estações Elevatórias;
- Resitejo (Resíduos Sólidos Urbanos);
- Luságua (Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos);
- Transferências para Juntas de Freguesia em matéria de Cemitérios e Jardins;
- Conservação e Manutenção do Cemitério Municipal de Alcanena;
- Canil / Gatil Intermunicipal (comparticipação custos de gestão);
- Dinamização da Biblioteca Municipal;
- Museu da Boneca;
- Museu da Aguarela;
- Dinamização Cine-Teatro S. Pedro;
- Artemrede;
- Apoio ao Associativismo Local;
- Gala/Festival Internacional de Folclore;
- Jogos Florais;
- Comemoração do Aniversário do Concelho;
- Festival Materiais Diversos;
- Contratos Programa com Coletividades e Apoio ao Associativismo Local;
- Férias Ativas;
- Seniores Ativos;
- Centros de Condição Física;
- Passeio Cicloturístico Lisboa – Alcanena;

Em Outras Funções:

- Operações da Dívida Autárquica;
- Transferências para as Juntas de Freguesia – Duodécimos, participação de projetos e delegações de competências;

3 - ANÁLISE AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 - Balanço

Importa referir que no ano de 2013, continuamos com o aperfeiçoamento dos procedimentos relativos à especialização do exercício, conforme se tinha já iniciado em 2012, atendendo a um adequado registo de custos e proveitos de 2012 e contabilizados em 2013, com os necessários registo de correção à conta de Resultados Transitados, bem como no que respeita a custos e proveitos de 2013 cujos registos dos respetivos documentos de recebimento e pagamento apenas se contabilizam no ano de 2014, por registo nas respetivas contas de acréscimos de proveitos e de acréscimos de custos.

No ano de 2013 foram integrados nas contas do Município de Alcanena, todos os ativos e passivos da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, cuja dissolução, com encerramento da liquidação e cancelamento da matrícula, foi registada respetiva conservatória do registo comercial de Alcanena em 27-09-2013.

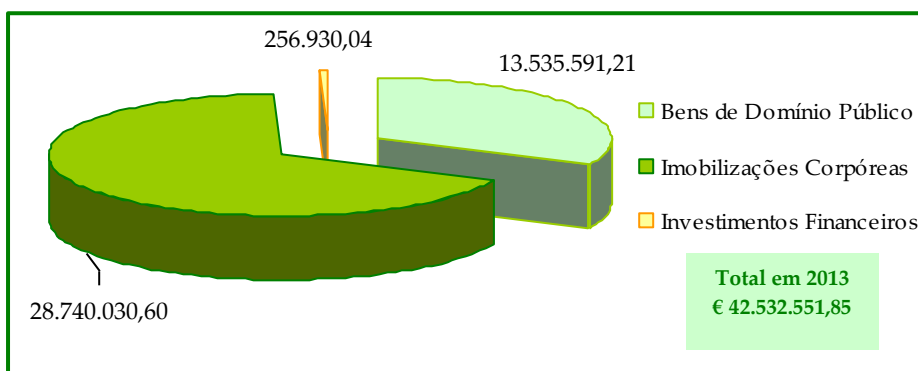
Todas estas melhorias à contabilidade patrimonial foram acompanhadas pelo Revisor Oficial de Contas nomeado para o efeito.

3.1.1 – Ativo

No final do exercício de 2013, o Ativo Bruto do Município de Alcanena acusou um total de € 61.550.471,82, com € 15.095.834,15 de Amortizações Acumuladas e € 263.858,71 de Provisões de Cobrança Duvidosa, o que totaliza € 46.190.778,96 de Ativo Líquido.

Em termos de Ativo Fixo (Imobilizado Líquido) o valor total é de € 42.532.551,85, distribuído da seguinte forma:

- Bens de Domínio Público: € 13.535.591,21
- Imobilizações Corpóreas: € 28.740.030,60
- Investimentos Financeiros: € 256.930,04.



O valor do Ativo Fixo representa 92% do Ativo Líquido total, percentagem igual à verificada no ano anterior.

Em 2012 verificámos, relativamente ao ano anterior, um aumento no valor do Imobilizado Bruto da Autarquia, o que espelha o investimento contínuo do Município.

O valor do Imobilizado Líquido aumentou no ano de 2013, resultado de aquisições efetuadas pelo Município de Alcanena, mas também pelo Aumento de Imobilizado relacionado com a Dissolução da Empresa de Melhoramentos de Alcanena.

O valor do Imobilizado registado com origem na Empresa de Melhoramento foi de € 2.193.925,10.

O valor das amortizações acumuladas passou dos € 13.571.821,59 registados em 2012 para os € 15.095.834,15 verificados no final de 2013.

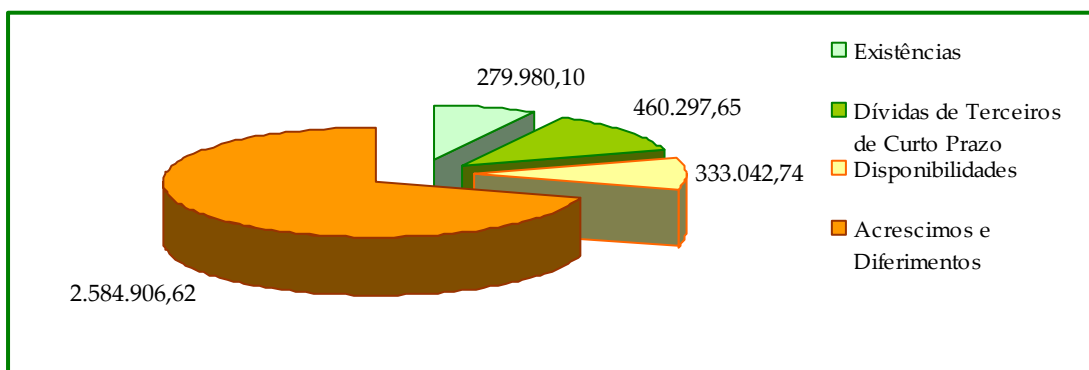
Em relação ao ativo circulante, verificámos no final do exercício € 3.658.227,11, sendo repartido na seguinte forma e percentagens em relação ao Ativo Líquido:

‣ Existências: € 279.980,10 (0,61%)

‣ Dívidas de Terceiros de Curto Prazo: € 460.297,65 (1,00%) (sendo correspondente ao valor de dívidas de € 724.156,36 deduzido das provisões de cobranças duvidosa)

‣ Disponibilidades: € 333.042,74 (0,72%)

‣ Acréscimos e Diferimentos: € 2.584.906,62 (5,60%)



De salientar que o valor das existências corresponde ao valor da Habitação em Vila Moreira construída para venda.

O valor da dívida de terceiros diminuiu em relação ao ano anterior.

Os principais valores por receber o final de 2013, são os seguintes:

- Saneamento: € 21.224,58;
- Transferências Relativas a Educação – DREL: € 84.978,70;
- Estado Outras: € 22.500,00;
- Serviços e Fundos Autónomos – Subsist. Prot.Famil. Polit. Act. EFP: € 13.379,72;
- Água: € 134.672,68;
- Aluguer de Espaços e Equipamentos Diversos: € 8.673,32;
- Transportes efetuados por Bombeiros/Ambulâncias: € 95.555,16;
- Trabalhos por conta de Particulares: € 88.595,24;
- FEDER – PORC: € 69.324,69;
- Instituições sem fins lucrativos: € 7.163,36.

Sobre as dívidas existente, foi constituída em 2012 a provisão no valor total de € 237.725,43, sobre dívidas de terceiros, que pela sua antiguidade, não se espera vir a efetuar a respetiva cobrança. Este valor foi reforçado no ano de 2013 em € 26.133,28.

Os valores em cobrança duvidosa, são os seguintes:

Conta	Designação	Valor
21810202060102	Mercado Municipal de Minde	1.416,10
21810202069999	Outros	124,70
218104012302	Loteamentos e obras	3.741,60
218104012306	Saneamento	21.224,58
21810401239999	Outras Taxas Específicas	58,84
218107010801	Habitação Social	1.794,42
218107010802	Água	134.672,68
218107020102	Aluguer de Autocarros	1.719,90
218107020110	Aluguer de espaços e equipamentos - Diversos	4.514,56
218107020904	Trabalhos por conta de particulares	88.072,07
218107020910	CCV - Alojamento	1.265,00
218107020911	CCV - Entradas e outras Receitas	622,10
2181070301	Habitações	3.677,64
2181070302	Edifícios	2.308,40

3.1.2 - Fundos Próprios, Passivo e Proveitos Diferidos

No que respeita aos Fundos Próprios e Passivo (de igual valor ao ativo líquido), 50,2% desse valor é de Fundos Próprios, sendo que no final do exercício em apreciação o valor da conta 51 – Património, é de € 20.199.365,82, ou seja, 87,1% do total dos Fundos Próprios.

Poder-se-á referir, que o valor dos Fundos Próprios corresponde praticamente ao real valor, dado que se encontra inventariados e valorizados os bens de domínio público municipal, e outros bens de domínio privado, bem como, também se encontram efetuadas as respetivas amortizações e imputação a períodos anteriores, através dos correspondentes registos às contas de resultados transitados.

Neste ano, o Município obteve um resultado líquido do exercício positivo no valor de € 1.780.661,49.

Da aplicação do Resultado Líquido dos Exercícios anteriores, surgiu o valor de € 613.331,03 (2,6% dos Fundos Próprios), referente a Reservas Legais.

Os resultados transitados de anos anteriores são no valor de € 505.705,17, tendo em consideração que aos € 236.840,62 negativos existentes no final de 2012 foram acrescidos parte dos resultados líquido de 2013 e também foram efetuadas diversas movimentações relativas à especialização do exercício.

Os valores registados na conta de resultados transitados, foram os seguintes:

A débito

- Foi registado o valor de € 60.467,61 para reforço da conta de Reservas Legais, relativo à aplicação de resultados do ano de 2012, conforme determinado no relatório de gestão de 2012;

- Foram registados 6 movimentos de retificação de saldos de receitas registados em anos anteriores, no valor global de € 43.783,88;

- Por aplicação do Princípio da Especialização do Exercício foram registados 8 movimentos no valor total de € 428.271,69 relativo a custos que efetivamente deveriam ser atribuídos ao exercício anterior.

- Foi registado o valor de € 45.047,07 relativo a proveitos registados em anos anteriores provenientes da venda em prestações de 3 terrenos da Zona Industrial de Minde, cujas escrituras de compra e venda foram efetuadas em 2013;

- Foi registado o valor de € 3.705,42 relativo ao projeto Cultrede, pelo motivo de o proveito, espectável e especializado em 2012, não ter sido totalmente recebido.

- Foi registado o valor de € 73.871,50 relativo à redução do valor de Capital na COMPINENA, conforme acima mencionado;

A crédito

- A transição de resultados de 2012, conforme determinado no relatório de gestão de 2012, pelo valor de € 1.209.352,20;

- O valor total de € 7.327,06 resultante da correção de valores de anos anteriores, relacionados com valores registados em duplicado ou indevidamente registados nas respetivas contas de terceiros, ou ainda pelo lançamento de notas de crédito de fornecedores relativas a anos anteriores;

- Foi registado o valor de € 25.182,77 relativo ao projeto “Jardim Municipal”, pelo motivo de o proveito, espectável e especializado em 2012, não ter sido recebido.

- Foram registados os valores relativos a faturação dos serviços prestados pelos Bombeiros Municipais de Alcanena, nos anos de 2011 e 2012, nos valores de € 30.042,08 e € 47.417,35, respetivamente, pelo facto de a correspondente faturação ter sido efetuado apenas no ano de 2013.

Há que referenciar ainda, o valor de € 49.092,16 de Reservas decorrentes de transferências de ativos (provenientes da ComUrb, atual CIMT) e de € 45.594,63 de Doações de bens efetuadas ao Município. Este último valor com acréscimo em 2013 do valor de € 13.350,00 relativo ao um Imóvel doado pelo Centro de Bem Estar Social de Alcanena.

No Passivo, o valor total é de € 14.546.933,17, inferior ao de 2012 (€ 16.232.933,01), sendo que € 13.186.097,71 (91%) são de Dívidas de Médio Longo Prazo a instituições de crédito e ao Estado Português, e € 1.360.835,46 são Dívidas de Curto Prazo, repartidas da seguinte forma:

‣Fornecedores c/c: € 236.694,95;

‣Fornecedores – Faturas em receção e conferência: € 44.268,50;

‣Fornecedores de Imobilizado c/c: € 225.214,00;

‣Faturas em Conferência – Fornecedores de Imobilizado: € 9.104,50;

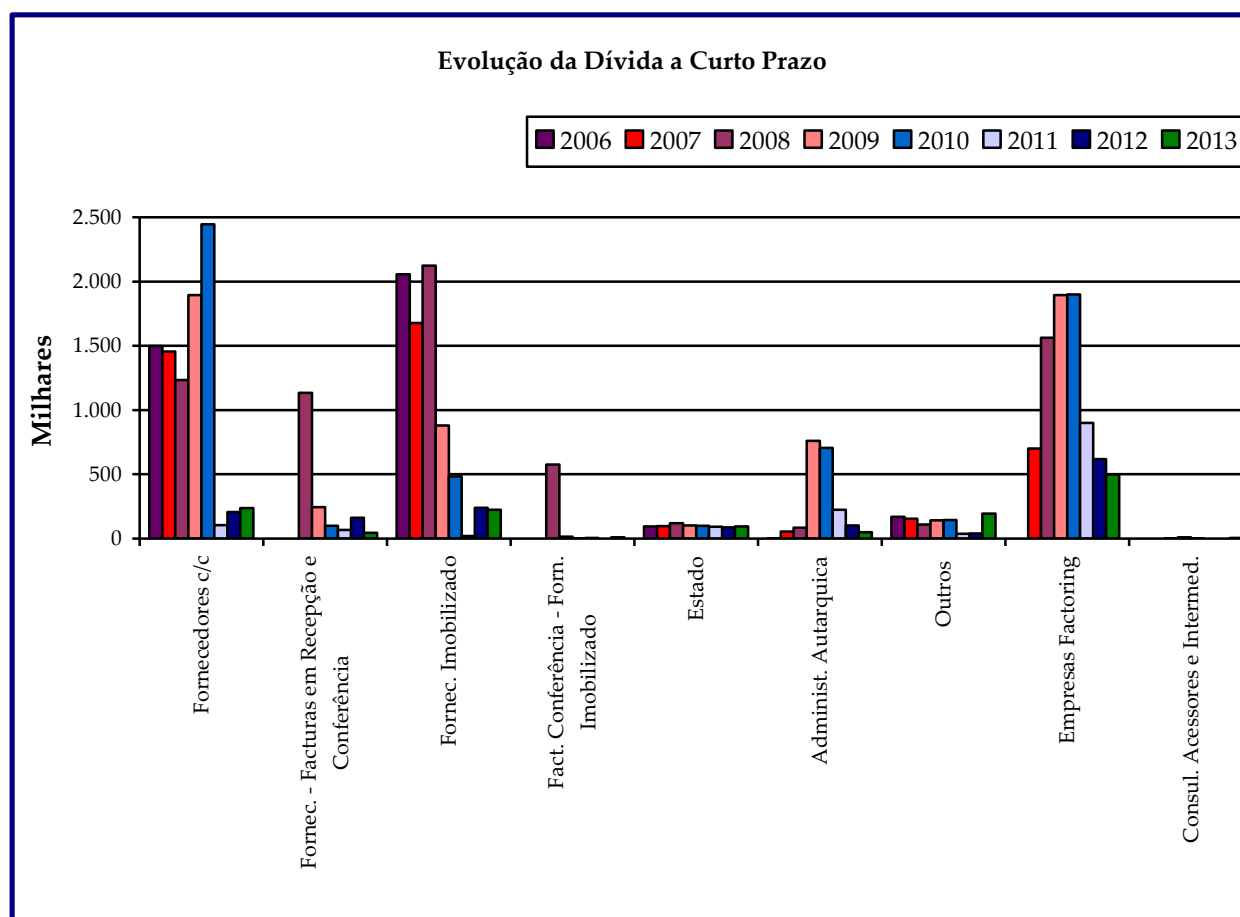
- Estado e Outros Entes Públicos: € 94.891,49;
- Administração Autárquica: € 50.258,29;
- Outros Credores: € 194.614,15;
- Empresas de Factoring: € 499.639,58;
- Consultores, Assessores e Intermediários: € 6.150,00

Os valores acima mencionados nas rubricas de “Fornecedores – Faturas em receção e conferência”, são relativos a documentos, na sua maioria que aguardam conferência pelos serviços.

As Dívidas de Curto Prazo diminuíram em € 84.158,07, relativamente ao valor verificado em 31-12-2012, enquanto de as dívidas de médio longo prazo diminuíram em € 1.601.841,77.

Importa aqui referir que do valor total da dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazos no final do ano de 2013, € 3.344.007,73 (25%) são de empréstimos excecionados dos cálculos, quer do Limite Geral de Empréstimos, quer do Limite de Endividamento Líquido Municipal, e € 9.842.089,98 são considerados nos limites referidos.

O gráfico seguinte ilustra o evoluir da dívida de curto prazo, de acordo com as rubricas espelhadas no Balanço.



De salientar que apenas a partir do ano de 2007 aparece em separado no Balanço os valores em dívida a empresas de factoring. Em anos anteriores essa desagregação não estava a ser efetuada, aparecendo esse valor refletido na rubrica “Outros Credores”.

3.1.3 – Atividade Empresarial Local e Participações Locais

Atendendo ao disposto na Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, nomeadamente no seu artigo 36º, nomeadamente que, para efeitos de cálculos do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município, inclui:

- a) O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios proporcional à participação do município no seu capital social;
- b) O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local e das entidades a que se refere o n.º 4 do artigo 32º do regime jurídico do setor empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, veio aprovar o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, definindo o conceito de empresas locais e de participações locais.

Neste sentido, importa identificar quais as participações e entidades em que o Município participa, respetivas participações e contributos para o endividamento líquido e limite de empréstimos.

Designação da entidade	NPC/NIF	Forma jurídica	Capital total Social	Capital social detida pelo Município em 31-12-2013	% capital social detida pelo Município em 31-12-2013	Observações
Empresa de Melhoramentos de Alcanena, E.M.	500 724 245	EM				Extinta em 2013
Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.	503 030 430	SA	€ 2.137.039,79	€ 250.246,00	11,71%	
Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.	500 837 287	SA	€ 10.000.000,00	€ 92,00	0,00%	
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	503 956 538	SA	€ 12.500.000,00	€ 5.225,00	0,04%	
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação. E.M., S.A.	504 475 606	EM	€ 3.236.678,67	€ 1.003,38	0,03%	
CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	502 106 506	AM			8,00%	

Com vista à determinação do contributo de cada entidade, foram recolhidos os dados financeiros relativos ao ano de 2013, pelo que o contributo para efeito do limite de

endividamento líquido e do limite de empréstimos de médio longo prazo, se traduz nos valores globais do quadro seguinte:

Contribuição das entidades do setor empresarial local						
Enquadramento Legal - LFL - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (alínea b, do n.º 1 do artigo 36º)						
Empresas Locais						
Enquadramento Legal - Lei 50/2012, de 31/8 (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Art.º 41.º))						
			Resultado Antes de Imposto em 31-12-2013	Contribuição para Endividamento	Contribuição Limite Empréstimos MLP	Observações
Participações Locais						
Enquadramento Legal - Lei 50/2012, de 31/8 (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais (Art.º 55.º))						
			Resultado Antes de Imposto em 31-12-2013	Contribuição para Endividamento	Contribuição Limite Empréstimos MLP	Observações
	Compinena - Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A.		Negativo	59.372,49	41.848,86	
	Sociedade Portuguesa de Empreendimentos SPE, S.A.		Negativo	0,00	0,00	** Setor Empresarial Estado
	Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.		Positivo	0,00	0,00	
	Município, S.A.		Negativo	0,00	121,54	*** Participação pela CIMA
Contribuição das Associações de Municípios						
Enquadramento Legal - LFL - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (alínea a, do n.º 1 do artigo 36º)						
			Resultado Antes de Imposto em 31-12-2013	Contribuição para Endividamento	Contribuição Limite Empréstimos MLP	Observações
	CIMA - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo		Positivo	0,00	0,00	
Valor Total das "PARTICIPAÇÕES"				59.372,49	41.970,41	

3.1.4 – Limite de Endividamento Líquido Municipal

A Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio através do seu artigo 37º fixar limites ao montante do Endividamento Líquido Total de cada município.

Por sua vez a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, veio definir no artigo 98º, que em 2013, o endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponde ao menor dos seguintes valores:

a) Limite de endividamento líquido de 2012;

b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.os 22 -A/2007, de 29 de junho, 67 -A/2007, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 55 -A/2010, de 31 de dezembro, 64 -B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

Nesse sentido, e de acordo com a comunicação efetuada pela DGAL- Direção-Geral das Autarquias Locais, em 2013 o limite de endividamento líquido municipal para o Município de Alcanena é de € 8.402.709.

Neste ano, atendendo à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos, excluindo também os empréstimos de médio e longo prazos excecionados do limite geral de empréstimos, o Endividamento Líquido do Município de Alcanena, é de € 8.286.528,11, portanto € 116.180,89 abaixo do limite definido.

No presente ano a contribuição das Associações de Municípios, das empresas locais e das participações locais é de € 59.372,49, nomeadamente, o referente à COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., uma vez que, e de acordo com o Balanço a 31 de Dezembro de 2013 a empresa apresentou resultado antes de impostos negativos.

Relativamente à empresa Município, S.A., apesar dos resultados antes de imposto serem negativos, o contributo é nulo uma vez que o valor dos ativos é superior ao valor dos passivos.

3.1.5 – Limite Geral de Empréstimos de Médio Longo Prazo

A Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, veio através do seu artigo 39º fixar limites à contratação de empréstimos de médio longo de cada município.

Nesse sentido, e de acordo com a comunicação efetuada pela DGAL- Direção-Geral das Autarquias Locais, em 2013 o limite de empréstimos de médio longo prazo para o Município de Alcanena é de € 6.722.167.

O valor de empréstimos a considerar no referido limite é de € 9.884.060,39, portanto superior em € 3.161.893,32 ao limite acima mencionado.

No presente ano a contribuição das Associações de Municípios, das empresas locais e das participações locais é de € 41.970,41, nomeadamente, o referente à COMPINENA – Companhia Imobiliária de Alcanena, S.A., e o referente à empresa Município, S.A., uma vez que, e de acordo com o Balanço a 31 de Dezembro de 2013 as empresas apresentaram resultados antes de impostos negativos.

3.1.6 – PMP – Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores

Adesão ao Prede – Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (Pagar a Tempo e Horas)

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que fixou as Condições de Contratualização de empréstimos financeiros de médio e longo prazo para pagamentos de dívidas a fornecedores e respetivas condições de elegibilidade, e tendo em conta também a Resolução de Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, que fixou as condições de elegibilidade para a 2.ª Fase, o Município de Alcanena candidatou-se para a contratação de tais financiamentos.

O montante elegível para o Município de Alcanena foi no total de € 2.935.013,00, sendo 60% (€ 1.761.008,00) contratado com o Banco Santander Totta, S.A. e 40% (€ 1.174.005,00) com o Estado Português através da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

O objetivo principal dos empréstimos visa a redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

Esse prazo é dado pelo indicador do Prazo Médio de Pagamento, calculado tendo em consideração a já citada Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com adaptações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril.

O objetivo a atingir é o seguinte, conforme disposto na cláusula terceira do contrato de empréstimo com a DGTF, que se transcreve:

Cláusula Terceira

(Objectivos de redução do prazo médio de pagamentos a fornecedores)

1. Com vista à redução progressiva e sustentada do prazo médio de pagamentos a fornecedores do MUTUÁRIO, são estabelecidos pelo presente contrato objectivos anuais de prazos de pagamento, de acordo com o disposto no n.º 39 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, até 2018.
2. Para os efeitos do presente contrato, o prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP) do MUTUÁRIO define-se pelo disposto nos n.ºs 6, 7 e 56 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.
3. Para o ano de 2009, o MUTUÁRIO estabelece como objectivo praticar um PMP inferior ao maior dos seguintes valores:
 - a. 40 dias;
 - b. valor que resulta da aplicação da seguinte formula:

$$PMP_{2009} = \frac{F \times 0,5}{A_{2008}} \times 365$$

PMP₂₀₀₈ – PMP registado no final do 4.º trimestre de 2008

F – Montante global do financiamento obtido (Estado e IC)

A₂₀₀₈ – Valor das aquisições de bens e serviços realizadas no ano de 2008

4. Para os anos de 2010 a 2013, os objectivos de prazos de pagamentos e o respectivo grau de cumprimento estabelecem-se com base no PMP do ano anterior e de acordo com a tabela seguinte:

Grau de cumprimento do objectivo

	<i>Superação</i>	<i>Cumprimento</i>	<i>Incumprimento</i>
PMP do ano anterior inferior a 45 dias	PMP < 30d	30d ≤ PMP < 40d	PMP ≥ 40d
PMP do ano anterior superior ou igual a 45 dias	Redução do PMP superior a 25%	Redução do PMP no intervalo [15%;25%]	Aumento do PMP ou redução inferior a 15%

5. Para os anos de 2014 a 2018, o objectivo é manter o PMP abaixo do maior dos seguintes valores:

5.1. O PMP registado no ano de 2013;

5.2. 40 dias.

De seguida evidencia-se a evolução do PMP verificado no Município de Alcanena, com vista ao cumprimento do objetivo de reduzir o PMP para valores inferiores a 40 dias.

Ano	Trimestre	PMP (dias)	Objetivo “mínimo”
2008	4.º	217	
2009	4.º	260	PMP inferior 114 dias
2010	4.º	476	Não cumprido
2011	4.º	228	Não cumprido
2012	4.º	35	Cumprido, dado que é inferior a 40 dias
2013	4.º	38	Cumprido, dado que é inferior a 40 dias

Face à evolução verificada pelo Município de Alcanena, enviou o Ministério das Finanças e da Administração Pública, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, o ofício com a referência DSAF/DGE/PREDE I, com data de 11/03/2011, dando conta dos acréscimos verificados por incumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2009.

No final do ano de 2009, o Município deveria ter atingido a meta mínima de 114 dias, quando na realidade se verificaram 260.

Deste modo ao spread final serão acrescidos 0,30 pontos percentuais, sendo 0,20 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 3 da cláusula 6ª e 0,10 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 4 da cláusula 6ª.

No que ao ano de 2010 respeita, enviou o mesmo Ministério, o ofício com a referência 200.20.16/DSAF/DGE/PREDE I, com data de 02/11/2011, dando conta dos acréscimos verificados por incumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2010.

No final do ano de 2010, o Município estava em situação de incumprimento, passando dos 260 dias verificados em 2009 para os 476 dias.

De igual modo ao spread final serão acrescidos 0,30 pontos percentuais, sendo 0,20 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 3 da cláusula 6ª e 0,10 pontos percentuais por aplicação do ponto n.º 4 da cláusula 6ª.

Face aos valores verificados no final dos anos de 2009 e 2010, verifica-se um valor acumulado de + 0,60 % para efeitos de cálculo do spread do empréstimo contratado com o Estado Português.

No que ao ano de 2011 respeita, enviou o citado Ministério, o ofício com a referência 200.20.16/DSAF/DGE/PREDE I, com data de 10/08/2012, dando conta da superação verificada por cumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2011.

No final do ano de 2011, o Município estava em situação de cumprimento, uma vez que passou dos 476 dias verificados em 2010 para os 228 dias verificados no final de 2011.

Deste modo ao spread final serão deduzidos 0,20 pontos percentuais à taxa do spread.

Relativamente aos valores verificados no final do ano de 2012, a DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, enviou e-mail no dia 14 de janeiro de 2014, dando conta da superação verificada por cumprimento dos objetivos fixados para o final do ano de 2012.

No final do ano de 2012, o Município estava em situação de cumprimento, uma vez que passou dos 228 dias verificados em 2011 para os 35 dias verificados no final de 2011.

Deste modo ao spread final serão deduzidos 0,20 pontos percentuais à taxa do spread.

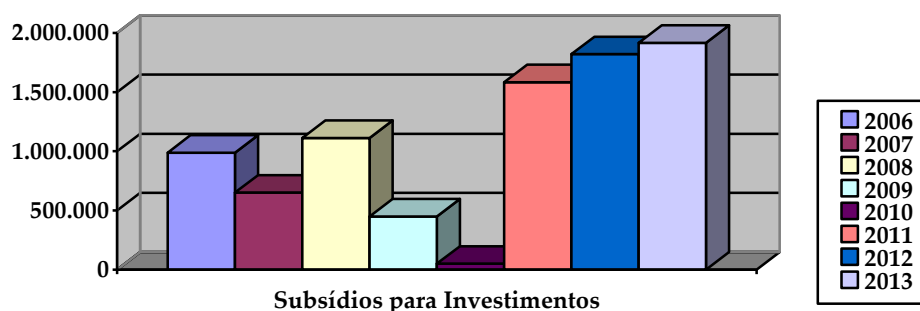
Face aos valores verificados no final dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012, verifica-se um valor acumulado de + 0,20 % para efeitos de cálculo do spread do empréstimo contratado com o Estado Português.

3.2 - Demonstração de Resultados

3.2.1 – Proveitos Diferidos

No ano de 2006 iniciou-se o registo contabilístico das transferências de capital obtidas para comparticipação de investimentos, de acordo com o definido no POCAL, nas respetivas contas de Subsídios para Investimentos, (correspondente às contas de terceiros da classe 274), cujo cálculo dos proveitos diferidos é efetuado na mesma proporção da taxa de amortização dos bens a que os mesmos dizem respeito.

O gráfico seguinte ilustra o evoluir dos valores registados em Subsídios para Investimentos recebidos, desde o ano de 2006.



No ano de 2007 iniciou-se o cálculo dos proveitos diferidos para os bens inventariados e com subsídios para investimentos atribuídos, na taxa proporcional à sua amortização.

Importa referir que do valor dos subsídios contabilizados em Proveitos Diferidos, ainda não foram efetivamente recebidos € 69.324,69 relativos à Requalificação da Estrada Moita-Alcanena e € 18.724,14 relativos à Requalificação da Casa da Cultura.

No ano de 2013 do valor total de subsídios ao investimento registados (€ 1.916.755,68), € 1.238.082,03 são relativos ao valor dos subsídios ao investimento com origem na Empresa de Melhoramentos de Alcanena, transitados para as contas do Município, juntamente com o respetivo imobilizado.

Deste modo o valor dos subsídios ao investimento relativos ao Município de Alcanena é de € 678.673,65.

Em termos totais, obtivemos/reconhecemos os seguintes valores de proveitos diferidos:

Ano de 2007: € 6.865,75;
Ano de 2008: € 78.819,74;
Ano de 2009: € 119.882,85;
Ano de 2010: € 137.011,49;
Ano de 2011: € 139.098,60;
Ano de 2012: € 224.125,94;
Ano de 2013: € 322.134,93.

No Final do ano de 2013, a conta de subsídios para investimentos apresenta um saldo final (saldo inicial + subsídios recebidos no ano - proveitos diferidos reconhecidos) de € 7.526.829,56, distribuído pelas seguintes componentes:

- Rede de Saneamento Serra S. António, Casais da Moreta e Covão do Feto: € 960.437,53;

- Requalificação Urbana em Alcanena: € 109.133,67;
- Requalificação Urbana em Minde: € 26.481,76;
- Centro de Ciência Viva do Alviela: € 134.908,61;
- Museu do Curtume: € 906.772,22;
- Museu da Agarela e da Boneca: € 206.338,09;
- Jardim Municipal: € 693.337,07;
- Estrada Minde – Vale Alto: € 1.445.869,88;
- Estrada Moita-Alcanena: € 1.282.512,83;
- Casa da Cultura: € 67.802,50;
- Percorrer e Conhecer Alcanena: € 57.712,79;
- Projeto Médio Tejo – Gestão em SIG: € 8.812,18;
- Programa Agris (Caminhos): € 66.646,19;
- Jardim 24 de Julho em Vila Moreira: € 27.232,02;
- LEADER II - Proj 313 - Parque de Campismo (ADIRN): € 9.377,35;
- Quartel dos Bombeiros Municipais: € 199.981,09;
- Equipa de Sapadores Florestais: € 30.622,60;
- Participações ANPC (Equipamento de Bombeiros): € 31.216,12;
- Projeto GIP (IEFP): € 3.358,13;
- CCDRLVT – Subsídio EMA: € 1.232.923,28;
- Donativo para Aquisição Ambulância – ABTM: € 25.353,65.

3.2.2 - Resultados Operacionais

O mapa da Demonstração de Resultados do exercício de 2013 acusa resultados operacionais no valor de € 2.100.322,07, resultante da diferença entre os Proveitos Operacionais (€ 10.363.712,83) e os Custos Operacionais (€ 8.263.390,76).

O valor dos proveitos operacionais foi superior ao verificado no ano de 2012 (€ 10.002.991,81), em cerca de 360 mil euros.

Como anteriormente se havia referido na análise efetuada à Receita da Autarquia, uma boa parte dos proveitos é originada por Transferências Obtidas (50%). De referir que de 2012 para 2013 houve um decréscimo no valor de proveitos vindos de transferências obtidas, em cerca de 646 mil euros. O decréscimo acentuado foi em muito influenciado pelo valor recebido no ano de 2012 na ordem dos 518 mil euros do Fundo de Equilíbrio Financeiros que tinha sido retidos nos anos de 2010 e 2011 por incumprimentos dos limites de endividamento líquido municipal, conforme já referenciado neste relatório.

De realçar que as transferências para investimentos são registadas nas contas de subsídios para investimentos e por consequência os proveitos só irão ser reconhecidos na proporção das respetivas amortizações dos investimentos.

Os proveitos relacionados com Impostos e taxas foram de € 3.401.999,06, representado cerca de 33% dos proveitos operacionais. Relativamente ao ano de 2012 sofreram um aumento de 902 mil euros, ou seja mais 36% que o valor registado em 2012.

Este aumento deveu-se principalmente ao acréscimo da receita proveniente do IMI e da Derrama, conforme já referenciado na análise efetuada à receita cobrada.

Os proveitos vindos da venda de bens e prestações de serviços representam cerca de 17% dos proveitos operacionais, tendo-se verificado aumento relativamente ao ano anterior em cerca de 105 mil euros, conforme foi também a tendência nos dois anos anteriores.

Quer o valor relativo a proveitos relativos a prestação de serviços, quer o valor relativo a Rendas e Alugueres, foram superiores aos valores dos anos anteriores, com um acréscimo de € 82.575,67 e € 25.740,18, respetivamente.

Quanto aos custos operacionais, também foram superiores aos verificados no ano de 2012 (€ 8.149.893,53), em cerca de 113 mil euros.

São os Custos com Pessoal que representam a maior fatia dos custos operacionais (35,9%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (35,1%).

Os custos com pessoal aumentaram relativamente ao ano anterior cerca 71 mil euros, o equivalente a um aumento de 2,5 %, bem como os custos com Fornecimentos e Serviços externos, em cerca 13 mil euros, o equivalente a um aumento de 0,4 %.

O peso das amortizações do exercício é de 18,8% face aos custos operacionais, sendo que relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de cerca de 98 mil euros, ou seja mais 6,8%.

O custo com as transferências correntes e subsídios concedidos, diminui cerca de 94 mil euros, seguindo a tendência verificada no ano de 2012.

No ano de 2012 foram de € 821.065,43 e neste ano foram de 726.233,65, portanto representado uma redução de 11,6%.

Conforme se mencionou acima, o valor global dos proveitos operacionais registou um acréscimo de 360 mil euros, enquanto que o valor global dos custos operacionais registou apenas um acréscimo de 113 mil euros, representado um maior equilíbrio dos resultados operacionais.

3.2.3 - Resultados Financeiros

Em 2013, também à semelhança de anos anteriores, os resultados financeiros foram negativos em € 414.538,72, resultado da diferença dos Proveitos Financeiros (€ 313,97) e os Custos Financeiros (€ 414.852,69).

O valor dos custos financeiros é maioritariamente de juros de empréstimos a médio e longo prazo (€ 359.545,72), conforme evidenciado no mapa de empréstimos desta prestação de contas, verificando-se relativamente ao ano anterior diminuição na ordem dos 155 mil euros.

A diminuição da Euribor, indexante dos empréstimos, deu o seu contributo para essa diminuição, assim como a amortização do capital em dívida, que em 2013 foi de 1,518 M€.

Importa referir que 4,9% dos juros suportados com os empréstimos de Médio e Longo Prazo (€ 17.598,63), são referentes a empréstimos excecionados dos cálculos dos limites de endividamento.

Os juros de mora por atrasos em pagamentos, no ano de 2013 representaram o valor de € 22.125,07, e os juros do empréstimo de curto prazo o valor de € 9.078,21.

No ano de 2013 ocorreu o registo de € 7.072,98 relativo a perdas em entidades participadas resultante da integração da Empresa de Melhoramentos de Alcanena, em virtude do seu resultado líquido aquando da liquidação ser negativo.

3.2.4 - Resultados Extraordinários

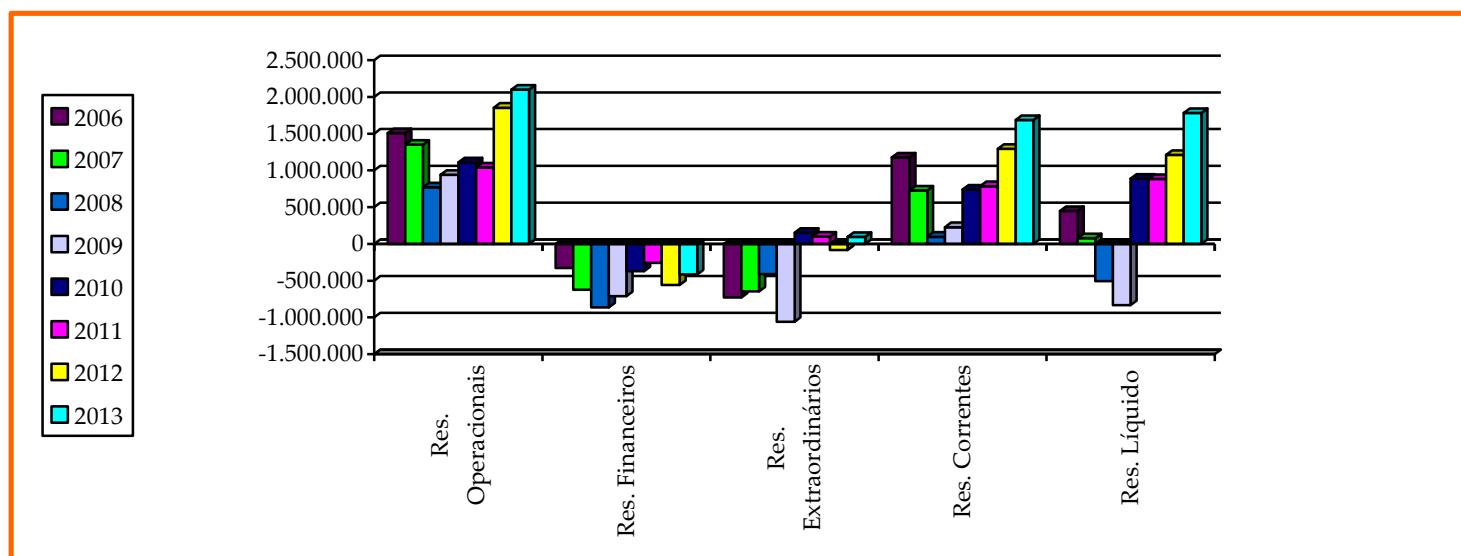
No exercício de 2013 os resultados extraordinários são no valor de € 94.878,14, resultantes da diferença entre os proveitos extraordinários no valor de € 434.239,10, e os custos extraordinários no valor de € 339.360,96.

Os proveitos extraordinários têm origem principalmente em proveitos diferidos relativos a subsídios ao investimento (€ 322.134,93).

Relativamente aos custos extraordinários, a rubrica com maior peso foi as Transferências de Capital Concedidas – principalmente para Instituições sem Fins Lucrativos, para as Juntas de Freguesia e para Associações de Município – no valor de € 167.113,39, € 118.390,20 e € 6.089,30, respetivamente.

No ano de 2013 foram também registadas indemnizações no valor de € 15.224,00, dos quais € 13.910,84, forma indemnizações pagas a proprietários de terrenos relativamente à intervenção da Rede de Saneamento da Serra de Santo António, valor esse que também foi exigido ao empreiteiro.

Evolução dos Resultados do Exercício



Relativamente ao exercício anterior, ocorreu o acréscimo nos Resultados Operacionais, que naturalmente vai influenciar os resultados correntes, bem como o Resultado Líquido do Exercício.

Este acréscimo, já o analisámos anteriormente, foi principalmente influenciado pelo acréscimo dos proveitos relacionados com os impostos e taxas.

Ocorreu um evoluir positivo dos Resultados Financeiros, influenciado pelo menor valor de juros pagos relativos a empréstimos de médio e longo prazo, consequência de menor valor de capital em dívida.

Os resultados extraordinários voltaram a ser positivos, à semelhança do verificado nos anos de 2010 e 2011

No ano de 2013 o valor global dos Proveitos e Ganhos foi superior em cerca de 516 mil euros relativamente ao ano anterior, correspondente a mais 5%, seguindo a tendência daquele ano relativamente ao ano de 2011.

Já no que diz respeito aos custos e perdas, antes de resultados líquidos, forma no sentido contrário, ou seja sofreram uma diminuição de cerca de 55 mil euros, ou seja, cerca de 0,6 % relativamente ao ano de 2012.

Se por um lado se verificou em 2013 aumento dos proveitos, também se verificou diminuição dos custos, o que naturalmente originou a que o resultado líquido do exercício fosse superior ao do ano anterior.

4 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS

4.1 – Rácios de Investimento

➤ Peso do Investimento na Despesa Total Paga

$$\frac{{}^1 \text{ Investimento}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 4.001.873,42}{€ 11.496.063,70} * 100 = 34,8\%$$

$$\text{Despesa Total} \quad € 11.496.063,70$$

4.2 - Rácios de Gestão

➤ Peso dos Empréstimos no Investimento Autárquico Pago

$$\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Investimento}} = \frac{€ 190.000,00}{€ 4.001.873,42} * 100 = 4,8\%$$

$$\text{Investimento} \quad € 4.001.873,42$$

➤ Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total Paga

$$\frac{\text{Aquisição de Bens e Serviços}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 3.215.889,52}{€ 11.496.063,70} * 100 = 28,0\%$$

$$\text{Despesa Total} \quad € 11.496.063,70$$

➤ Peso dos Juros + Amortizações de Empréstimos na Despesa Total Paga

$$\frac{{}^2 \text{ Juros} + {}^3 \text{ Amortizações}}{\text{Despesa Total}} = \frac{€ 403.642,72 + € 1.791.841,77}{€ 11.496.063,70} * 100 = 19,1\%$$

$$\text{Despesa Total} \quad € 11.496.063,70$$

¹ Engloba todas as despesas de capital

² Engloba todos os juros pagos (empréstimos e outras operações)

³ Engloba também o valor de amortização de empréstimo de curto prazo

➤Peso dos Impostos na Receita Total

$$\frac{\text{Impostos Diretos}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 2.897.572,64}{€ 11.623.012,27} * 100 = 24,9\%$$

Receita Total € 11.623.012,27

➤Peso das Vendas de Bens e Serviços correntes na Receita Total

$$\frac{\text{Venda de Bens e Serviços}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 2.034.374,59}{€ 11.623.012,27} * 100 = 17,5\%$$

Receita Total € 11.623.012,27

➤Peso dos Empréstimos na Receita Total

$$\frac{\text{Empréstimos}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 190.000,00}{€ 11.623.012,27} * 100 = 1,6\%$$

Receita Total € 11.623.012,27

➤Peso das Transferências na Receita Total

$$\frac{\text{Transferências correntes e capital}}{\text{Receita Total}} = \frac{€ 4.448.213,17 + € 1.618.281,42}{€ 11.623.012,27} * 100 = 52,2\%$$

Receita Total € 11.623.012,27

4.3 - Rácios Económico/Financeiros

➤Rentabilidade Líquida do Ativo

$$\text{RLA} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}} = \frac{€ 1.780.661,49}{€ 46.190.778,96} * 100 = 3,86\%$$

Ativo € 46.190.778,96

➤Endividamento

$$\text{End.} = \frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}} = \frac{€ 14.546.933,17}{€ 46.190.778,96} * 100 = 31,5\%$$

Ativo € 46.190.778,96

$$\text{End.} = \frac{\text{Ativo}}{\text{Fundos Próprios}} = \frac{€ 46.190.778,96}{€ 23.193.750,30} * 100 = 199,15\%$$

Fundos Próprios € 23.193.750,30

➤Endividamento a Médio e Longo Prazo

$$\text{E.M.L.P.} = \frac{\text{Empréstimos a M.L.P.}}{\text{Passivo}} = \frac{€ 13.186.097,71}{€ 14.546.933,17} * 100 = 90,65\%$$

Passivo € 14.546.933,17

➤Solvabilidade

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo}} = \frac{€ 23.193.750,30}{€ 14.546.933,17} * 100 = 159,44\%$$

Passivo € 14.546.933,17

➤Liquidez

$$\text{Liquidez} = \frac{\text{Act. Circulante}}{\text{Exigível a C. Prazo}} = \frac{€ 3.658.227,11}{€ 2.284.101,39} * 100 = 160,16\%$$

Exigível a C. Prazo € 2.284.101,39

➤Reservas Legais

$$\text{Reservas Legais} = \frac{\text{Activo Líquido}}{\text{Reservas Legais}} = \frac{€ 613.331,03}{€ 46.190.778,96} * 100 = 1,33 \%$$

Activo Líquido € 46.190.778,96

Quadro de Evolução de Rácios

RÁCIOS	2005 %	2006 %	2007 %	2008 %	2009 %	2010 %	2011 %	2012 %	2013 %
Peso do Investimento na Despesa Total	44	40	25	27	36	27,8	35,2	40,0	34,8
Peso dos Empréstimos no Investimento Autárquico	29	28	4,4	2,1	58,6	--	95,6	4,4	4,8
Peso da Aquisição de Bens e Serviços na Despesa Total	20	21	29	24	24,6	27	29,3	22,6	28,0
Peso dos Juros + Amortizações de Empréstimos na Despesa Total	6,1	5,6	5,7	8,4	11,8	15,7	15,4	17,9	19,1
Peso dos Impostos na Receita Total	18,79	20,1	19,3	19,0	17,1	19,1	15,5	15,5	24,9
Peso das Vendas de Bens e Serviços Correntes na Receita Total	8,39	10,7	22,0	11,7	13,4	13,4	9,9	12,9	17,5
Peso dos Empréstimos na Receita Total	12,79	11,5	1,1	0,6	21,1	--	33,7	1,7	1,6
Peso das Transferências na Receita Total	55,52	53,25	53,97	64,3	44,4	54,4	39,4	63,1	52,2
Rentabilidade Líquida do Ativo	3,5	1,1	0,2	- 1,2	- 1,9	2,1	1,98	2,71	3,86
Endividamento (Passivo/Ativo)	42,0	41,4	41,1	43,9	45,4	42,6	39,3	36,4	31,5
Endividamento (Ativo/ Fundos Próprios)	172,43	178,45	182,40	203,55	209,75	197,63	196,49	204,39	199,15
Endividamento a Médio e Longo Prazo	73,25	76,28	74,80	63,4	69,99	67,93	91,73	91,1	90,65
Solvabilidade	138,06	135,29	133,44	113,81	104,94	118,71	129,41	134,41	159,44
Liquidez	38,17	34,61	21,15	16,19	15,54	11,66	57,08	173,98	160,16
Reservas Legais	1,02	1,13	1,16	1,07	1,07	1,08	1,14	1,24	1,33
Rotação dívida de curto prazo (dias)	120	116	138	235	155	207	32	45	43

Indicador	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PMP – Prazo Médio de Pagamento (dias)	96	217	261	476	228	35	38
Endividamento Líquido Municipal	Excedeu € 497.185,06	Excedeu € 3.077.868,13	Excedeu € 4.355.036,56	Excedeu € 2.765.996,42	Margem de € 53.495,70	Margem de € 3.107.318,13	Margem de € 116.180,89
Limite Geral de Empréstimos MLP	Não excedeu € 721.913,67	Não excedeu € 486.533,94	Excedeu € 1.760.270,64	Excedeu € 156.917,65	Excedeu € 3.748.815,74	Excedeu € 3.304.012,07	Excedeu € 3.161.893,39

5 - PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO

Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, quando haja resultado positivo, o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) – Reforço do Património
- b) – Constituição ou reforço de reservas.

É obrigatório o reforço do Património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido.

Deve constituir-se anualmente um reforço mínimo de 5% do Resultado Líquido em Reservas Legais, conta 571 do POCAL.

Assim, tendo em consideração que o Resultado Líquido do Exercício em 2013, foi positivo e no valor de € 1.780.661,49 propõe-se a seguinte distribuição:

Reservas Legais (571): 5% do Valor do Resultado Líquido € 89.033,07.

O restante valor, ou seja € 1.691.628,42, permanece na conta de Resultados Transitados (59), uma vez que o valor da conta 51 – Património já ultrapassa os 20% do Ativo Líquido.

6 - ATIVIDADES NÃO REFLETIDAS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(ANEXO)